



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1-PERFIL INSTITUCIONAL.....	8
1.1 O SENAI –Departamento Regional – PB.....	9
1.1.1 Unidades do SENAI no Estado da Paraíba.....	10
1.2 A Faculdade SENAI da Paraíba.....	15
1.2.1 Filosofia.....	15
1.2.2 Missão.....	15
1.2.3 Visão.....	16
1.2.4 Políticas.....	16
1.2.5 Valores.....	16
1.2.6 Finalidades.....	17
1.2.7 Objetivos.....	17
1.2.8 Metas Institucionais.....	18
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	21
2.1 Introdução.....	21
2.2 Princípios Educacionais.....	25
2.2.1 Princípios Pedagógicos.....	27
2.3 Políticas de Ensino.....	33
2.3.1 Flexibilidade Curricular.....	34
2.4 Certificações Intermediárias.....	35
2.5 Aceleração de Estudos.....	35
2.6 Aceleração de Estudos e Períodos Especiais.....	36
2.7 Cursos de Graduação.....	36
2.8 Programa de Abertura de Cursos de Graduação.....	37
2.9 Cursos de Pós-graduação.....	38
2.10 Políticas de Pesquisa.....	39
2.11 Iniciação Científica.....	40
2.12 Bolsas de Iniciação Científica.....	40
2.13 Políticas de Extensão.....	41
2.14 Atividades Complementares.....	42
2.15 Estágios.....	44
2.16 Estímulo à Produção Acadêmica.....	44
2.17 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem.....	45
2.17.1 Mecanismos e Instrumentos.....	46
2.17.2 Métodos de Avaliação da Aprendizagem.....	47
2.17.3 Indicadores de Aprendizagem.....	47
2.17.3.1 Aprovação.....	49
2.17.3.2 Recuperação.....	49

2.17.3.3 Reprovação.....	49
3 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	51
3.1 Desenvolvimento Econômico e Social.....	51
3.2 Defesa do Meio Ambiente.....	52
3.3 Defesa da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio.....	52
4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	53
4.1 Comunicação Interna.....	53
4.2 Comunicação Externa.....	54
4.3 Ouvidoria.....	54
5 CORPO SOCIAL.....	55
5.1 Corpo Docente.....	55
5.1.1 Requisitos de Titulação do Corpo Docente.....	55
5.1.2 Experiência e Titulação do Corpo Docente no Magistério Superior.....	55
5.1.3 Critérios de Seleção e Contratação.....	56
5.1.4 Políticas de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Profissional do Corpo Docente.....	56
5.1.5 Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro.....	57
5.1.6 Cronograma de Expansão do Corpo Docente, Considerando o Período de Vigência do PDI.....	57
5.2 Corpo Técnico-administrativo.....	57
5.2.1 Requisitos de Titulação e Contratação do Corpo Técnico-administrativo.....	57
5.2.2 Políticas de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Profissional do Corpo Técnico-administrativo.....	57
5.2.3 Procedimentos para Substituição Eventual de Técnico-administrativos.....	58
5.2.4 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo, Considerando o Período de Vigência do PDI.....	58
6 GESTÃO INSTITUCIONAL.....	58
6.1 INTRODUÇÃO.....	58
6.2 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	59
6.2.1 Direção.....	60
6.2.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.....	62
6.2.3 A Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	63
6.2.4 Coordenação Acadêmica.....	63
6.2.5 Coordenação Administrativo-financeira.....	65
6.2.6 Ouvidoria.....	65
6.2.7 Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - CPPE.....	66
6.2.8 Coordenações de Cursos.....	68
6.2.9 Secretaria Acadêmica.....	69

6.2.10 Biblioteca.....	70
6.2.11 Núcleo de Apoio Acadêmico - NAA.....	71
6.2.12 Colegiados de Cursos.....	72
6.2.13 Núcleos Docentes Estruturantes (NDE´s).....	72
6.2.14 Diretórios Acadêmicos.....	73
6.3 AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA.....	74
6.4 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS.....	74
7 INFRAESTRUTURA.....	75
7.1 Acervo da Biblioteca.....	75
7.2 Forma de Atualização e Expansão do Acervo.....	76
7.3 Horário de Funcionamento.....	76
7.4 Serviços Oferecidos.....	76
7.5 Layout da Biblioteca.....	77
8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	78
8.1 Justificativa.....	78
8.2 Objetivos da Avaliação Institucional.....	79
8.3 Marco Conceitual.....	80
8.4 Metodologia.....	81
8.5 Recursos necessários.....	82
8.5.1 Recursos Humanos.....	83
8.5.2 Recursos Materiais.....	83
8.5.3 Recursos Financeiros.....	83
8.6 Resultados Esperados.....	83
8.7 Instrumentos.....	84
8.8 Período para Realização.....	85
8.9 Divulgação dos Resultados.....	85
8.10 Cronograma por Ciclo.....	86
9 ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	87
9.1 Organização Estudantil.....	87
9.2 Programas de Nivelamento.....	87
9.3 Apoio Psicopedagógico.....	87
9.3.1 Fundamentos Legais da Política da Assistência Psicopedagógica.....	87
9.5 Acompanhamento de Egressos.....	89
10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	89

11 CONCLUSÃO.....	90
REFERENCIA.....	91
ANEXOS.....	92
Anexo I: Declaração de disponibilização da infraestrutura do CEP-ORC para a FSP.....	92

Faculdade SENAI da Paraíba
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI
2019-2023

APRESENTAÇÃO

A história da evolução industrial registra períodos denominados de "Revolução" que influenciam o modelo econômico, as atitudes, mudança de culturas, a exemplo da Primeira Revolução Industrial cujos dados datam do século 18, quando do aprimoramento da máquina a vapor por James Watt, criando um novo modelo econômico impulsionado pela indústria têxtil.

A Segunda Revolução Industrial foi marcada pelo estabelecimento da linha de produção em massa por Henry Ford da linha de produção criando o conceito de "produção em escala", popularizando os produtos e reduzindo os custos. Esse período ficou marcado também pela formação de um ciclo virtuoso na indústria e na economia.

A Terceira Revolução Industrial está marcada pelo início da era da automação, por meio a implantação de computadores nas linhas de produção, possibilitando a tomada de decisões a partir do controle de dispositivos permitindo o aumento da produção e do nível da qualidade dos produtos.

Observa-se atualmente a formação da Quarta Revolução Industrial cujo maior protagonista é a Internet com seus conceitos, adaptados a máquinas e equipamentos, num ambiente onde todos esses estão conectadas em redes e disponibilizando informações de forma única. A compreensão desse fenômeno traz o surgimento da Indústria 4.0 motivada por três grandes mudanças no ambiente industrial a exemplo novas estratégias de inovação (pessoas, pesquisa e tecnologia), do aumento da capacidade dos computadores da quantidade de informação digitalizada disponível.

A Indústria 4.0 tem sido caracterizada pelos conceitos de Internet das Coisas (Internet of Things) e o Máquina para Máquina (M2M – Machine to Machine).

A Internet das Coisas é conceituada como a conexão lógica de todos os dispositivos e meios relacionados ao ambiente produtivo a exemplo de sensores, transmissores, computadores, células de produção, diretrizes estratégicas da indústria e do governo sendo gravado e analisado em um banco de dados.

O conceito de Máquina para Máquina traz interconexão entre células de produção, onde os sistemas passam a trocar informações entre si, tomando decisões de forma autônoma por meio de um modelo de inteligência artificial, complementado pela IoT.

Novas tecnologias surgiram a partir da convergência da Automação Industrial com a Tecnologia da Informação a exemplo dos usos Wirelesse, de Cloud, Big Data, RFID e Virtualização, tudo isso gerando uma nova realidade para que as melhores decisões de produção, custo e segurança sejam tomadas, sejam tomadas sob demanda e em tempo real.

A Indústria 4.0 é um novo conceito que está sendo posta em realidade, mudando a metodologia de produção de bens de consumo e materiais, promovendo uma melhor distribuição de riquezas e um planeta mais sustentável.

A crescente demanda por formação profissional, nos seus diferentes níveis, tem impulsionado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional da Paraíba, a ampliar suas linhas de ação, diversificando sua atuação nas diferentes modalidades. Essa expansão é fruto do trabalho sistêmico que leva em conta a análise situacional da realidade do entorno e os cenários socioeconômico e cultural do estado da Paraíba,

O Departamento Regional da Paraíba implantou a Faculdade SENAI da Paraíba, sediada na cidade de João Pessoa, Instituição de Ensino Superior que tem, dentre seus objetivos, potencializar a formação de recursos humanos e a inovação tecnológica de forma a atender as realidades econômica, política, cultural e da sustentabilidade social do Estado. Os cursos de graduação, pós-graduação e extensão da Faculdade estão prioritariamente voltados a atender demandas do setor industrial, focadas na qualidade do produto, do processo e da inovação tecnológica.

Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento norteador e disseminador do pensamento estratégico e do “como fazer” da Instituição,

oferecendo o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades da Faculdade, que assume o compromisso com os princípios e as diretrizes da Educação Superior Nacional e, mais especificamente, da Educação Tecnológica. Para tanto, esse documento foi construído de forma participativa e dialógica a partir das reflexões, discussões e contribuições do corpo administrativo e corpo docente da faculdade com a pluralidade que essa construção requer. As propostas que dele emanam serão disseminadas e implementadas no âmbito da Faculdade SENAI da Paraíba.

O PDI está estruturado de modo a abranger o plano de ação e as estratégias que conduzirão a gestão da Faculdade SENAI da Paraíba nos próximos cinco anos, apresentando as condições estruturais do funcionamento e sua expansão, demonstrando seu compromisso com a sociedade do estado da Paraíba.

Nesta perspectiva, a Faculdade SENAI da Paraíba oferece uma formação profissional integral, baseada no diálogo contextualizado entre ação e reflexão, teoria e prática, o fazer e o pensar, acreditando que o indivíduo amplia seu nível de realização pessoal quando é capaz de desenvolver competências sintonizadas com as necessidades do mundo que lhe rodeia, contribuindo assim para sua integração na sociedade.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) promove a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais para elevar a competitividade da indústria brasileira. A instituição é um dos maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina.

As ações de qualificação profissional realizadas pelo SENAI ao longo dos anos formaram 64,7 milhões de trabalhadores em todo o país, desde 1942, resultado obtido por meio da aposta da instituição em formatos educacionais diferenciados e inovadores, em suas 518 unidades fixas e 504 unidades móveis atendendo em 2,7 mil municípios brasileiros. O SENAI também capacita e forma

profissionais em cursos à distância, que estão à disposição do estudante 24 horas por dia. (SENAI,2017)..

A indústria recebe uma atenção especial por parte do SENAI também por meio da prestação de serviços técnicos e tecnológicos e de consultoria além do investimento em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e de processos para os diversos segmentos industriais.

1.1. O SENAI – Departamento Regional - PB

O Departamento Regional na Paraíba foi criado pela Resolução nº 27, de 10 de novembro de 1949. O dirigente nomeado no período instalou-se em Campina Grande, cidade na qual o Departamento Regional de Pernambuco construíra uma Escola de Aprendizagem. No dia 28 de dezembro de 1952, foi solenemente instalado o primeiro Conselho Regional do SENAI, estando assim consolidada a Administração Regional.

Ao longo dos anos, a Instituição foi ampliando o seu atendimento por meio de Unidades Fixas nos principais municípios do Estado a exemplo de João Pessoa e Campina Grande. Nos anos 90, o Departamento Regional do SENAI do estado da Paraíba, sensível às dúvidas e inquietações do empresariado referentes as novas perspectivas e condições de competitividade da indústria, resolveu expandir a atuação do SENAI, criando novas unidades de ensino (próprias e em cooperação), utilizando também unidades móveis de ensino, alternativa mais ágil e flexível, capaz de alcançar localidades distantes de sua base física.

A importância e o imbricamento da atuação da Instituição com o desenvolvimento industrial do Estado está relatado em pesquisa publicada pelo Departamento Nacional do SENAI intitulada "Pesquisa de Identificação das Demandas por Capacitação Profissional e Serviços Técnicos e Tecnológicos no estado da Paraíba" que registra o reconhecimento dos líderes locais quanto a contribuição histórica e efetiva da Instituição, não só no que diz respeito à capacitação profissional de jovens e adultos para o mundo do trabalho, mas também como coadjuvante no processo de modernização industrial do estado da Paraíba. Os respondentes a essa pesquisa entendem que o SENAI/FIEP e o SEBRAE são parceiros importantíssimos para o governo do Estado, uma vez que os programas de capacitação profissional garantem a capacitação e a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho.

O SENAI tem intensificado seus investimentos em áreas de especialização "mais complexas", uma vez que as demandas industriais estão a exigir, cada vez mais, profissionais de nível de escolaridade mais alto, dominando sistemas e processos mais complexos, tecnologicamente mais avançado.

1.1.1. UNIDADES DO SENAI NO ESTADO DA PARAÍBA

O SENAI-PB conta, com 13 (treze) Unidades Operacionais e 4 (quatro) Unidades Móveis sendo 01 Faculdade, 03 Institutos de Tecnologia e 09 Centros de Formação Profissional todas localizados em pontos estratégicos do Estado. São elas:

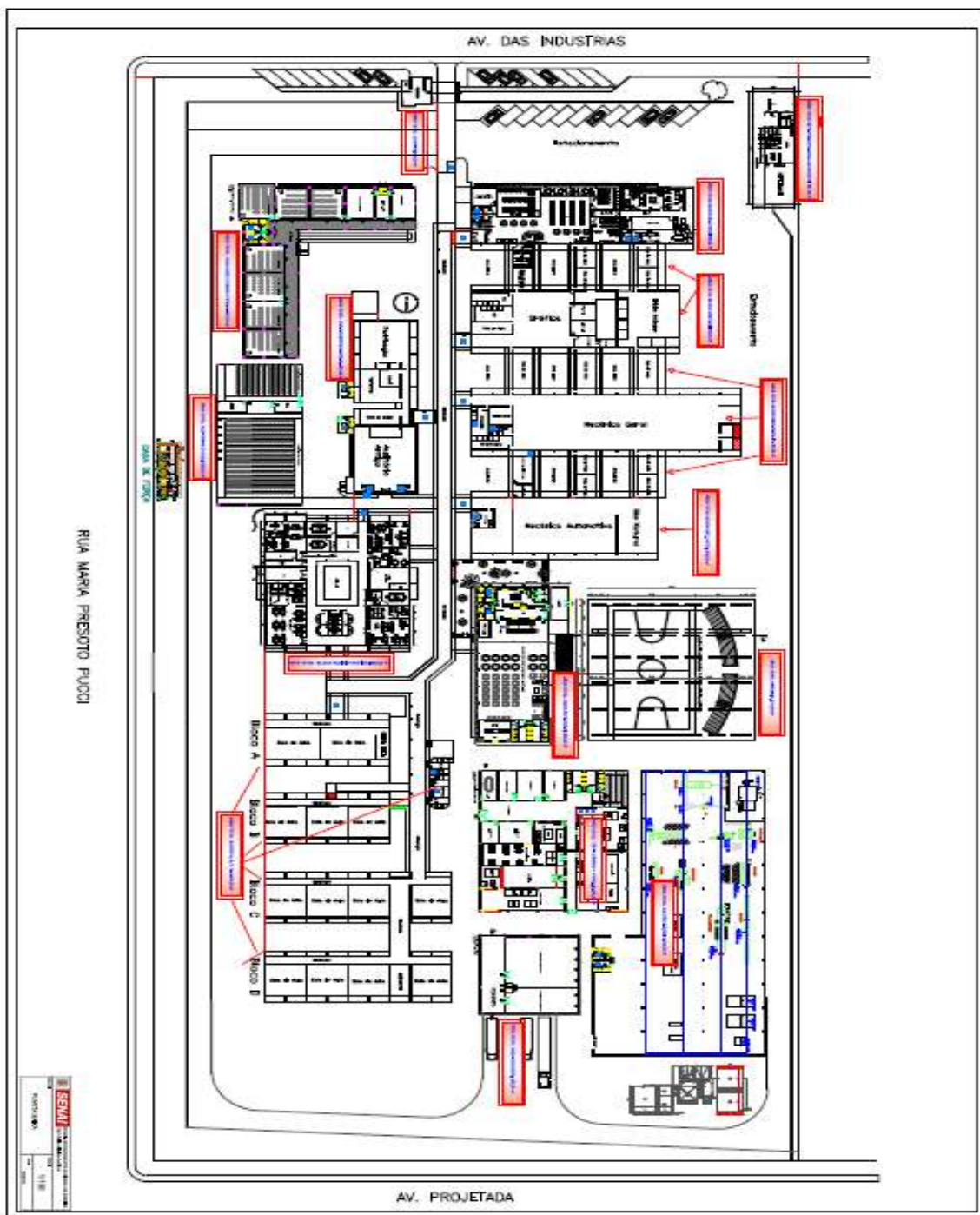
- **João Pessoa .**
 - Faculdade SENAI da Paraíba;
 - Centro de Educação Profissional Odilon Ribeiro Coutinho;
 - Instituto SENAI de Tecnologia Têxtil e Confecções;
- **Bayeux .**
 - Centro de Formação Profissional José Williams Lemos Leal - CFPJWLL
- **Campina Grande .**
 - Centro de Inovação e Tecnologia Industrial – CITI;
 - Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado Albano Franco;
 - Instituto SENAI de Tecnologia do Couro e do Calçado (IST CTCC);
 - Centro de Ações Móveis;
 - Centro de Treinamento de Moda Geralda Júlia;
 - Centro de Educação Profissional Prof. Stênio Lopes;
 - Instituto SENAI de Tecnologia em Automação Industrial
- **Sousa .**
 - Centro de Formação Profissional Miriam Benevides Gadelha - CFPMBG
- **Sumé .**
 - Centro de Treinamento Manoel Barbosa da Silva (CT Sumé)

O CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ODILON RIBEIRO COUTINHO (CEP-ORC) E O INSTITUTO SENAI DE TECNOLOGIA TEXTIL E CONFECÇÕES.

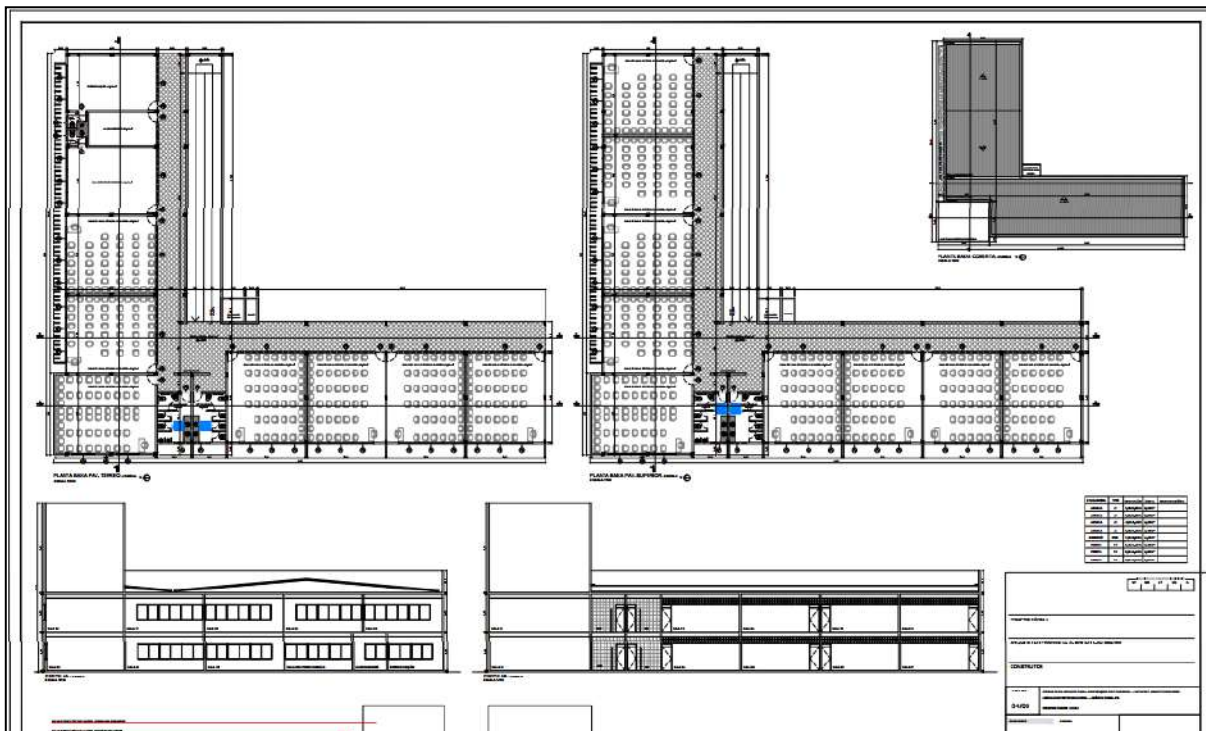
O Centro de Educação Profissional Odilon Ribeiro Coutinho e o Instituto SENAI de Tecnologia Têxtil e Confecções são Unidades da Rede SENAI Paraíba situadas no mesmo endereço da Faculdade SENAI da Paraíba, fato que proporciona a otimização dos espaços e equipamentos destinados aos cursos oferecidos a exemplo de salas de aulas, laboratórios, biblioteca, refeitório, área de vivência, estacionamento, quadra de esportes além de setores da área administrativa a exemplo da tesouraria, recursos humanos dentre outros.

Essa convivência harmoniosa entre as Unidades proporciona a complementaridade desejada com a utilização de todos dos recursos disponíveis de cada uma delas guardada as especificidades dos cursos e serviços das mesmas.

A representação gráfica do ambiente que abrange as três Unidades pode ser visualizado na planta baixa a seguir:



Os prédios com as salas de aulas e alguns laboratórios da FSP e auditórios encontram-se representados nas plantas baixa a seguir:



O CEP ORC oferece cursos de aprendizagem, técnicos e de qualificação nas seguintes áreas:

CURSOS TÉCNICOS E DE APRENDIZAGEM OFERTADOS PELO CEP ORC
• ALIMENTOS
• ARTES GRÁFICAS
• AUTOMOTIVA
• ELETROELETRÔNICA
• METALMECÂNICA
• TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
• VESTUÁRIO
• TREINAMENTOS NORMAS REGULAMENTADORAS: NR 10 E NR11
• TREINAMENTOS EM EMPILHADEIRA E PONTE ROLANTE

O IST de Tecnologia Têxtil e Confecções oferece serviços de consultoria nas seguintes áreas:

SERVIÇOS OFERTADOS PELO IST
• ASSESSORIA EM PRODUÇÃO DE IMAGEM DE MODA
• CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO DE ESTAMPAS
• CONSULTORIA EM LEAN MANUFACTURING
• CONSULTORIA: SOLUÇÕES EM ADEQUAÇÃO DE LAYOUT
• CONSULTORIA EM OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
• CONSULTORIA NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO DE PRODUTOS DE MODA
• CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
• CONSULTORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO - BPF (RDC-275/01)
• CONSULTORIA PARA IMPLANTAÇÃO DO PAS - PROGRAMA ALIMENTOS SEGUROS
• CONSULTORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AMBIENTAL (ISO - 14001)
• DIGITALIZAÇÃO / ESTUDO DE ENCAIXE
• DESENVOLVIMENTO / GRADAÇÃO DE MOLDES
• DESENVOLVIMENTO DE PEÇA PILOTO
• MODELAGEM E PROTOTIPAGEM RÁPIDA COM IMPRESSÃO 3D
• SERVIÇOS EM USINAGEM DE PEÇAS E DISPOSITIVOS EM GERAL

1.2. A FACULDADE SENAI DA PARAÍBA

A Faculdade SENAI da Paraíba foi credenciada por meio da Portaria Nº 553 de 03 de junho de 2016, publicada no DOU 05/06/16 e obteve a autorização do seu Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial por meio da Portaria nº 449 de 26 de junho de 2015, publicada no DOU 29/06/15 .

A Instituição iniciou suas atividades a partir do curso autorizado por meio do vestibular em dezembro de 2016 dando sequência as entradas de alunos a cada semestre.

A oferta de cursos de Pós-graduação e Extensão que atendem diversos segmentos industriais são promovidos a partir de resultados das pesquisas realizadas pelo SENAI que assinalam as demandas, expectativas e interesses fomentando desta forma o Ensino Superior no estado da Paraíba.

É preciso registrar que existe uma quantidade significativa de egressos do ensino médio do Estado que não tem acesso a cursos de graduação de tecnologia com a qualidade e a infraestrutura existente na Faculdade SENAI da Paraíba. Haja visto a formação e titularidade dos docentes da mesma e da quantidade, qualidade e complexidade dos equipamentos e laboratórios adquiridos a partir de investimentos ao longo da história do SENAI-PB e da própria FSP.

1.2.1 Filosofia

A Filosofia da IES está definida na missão, na visão, nas políticas e nos valores descritos a seguir.

1.2.2 Missão

Promover a educação superior profissional e tecnológica, de forma integrada com a sociedade, visando à formação de indivíduos com sólida base científica, tecnológica e humanística, comprometidos com o desenvolvimento econômico sustentável, a inovação e a diminuição das desigualdades sociais.

1.2.3 Visão

Tornar-se referência na oferta de educação superior profissional e tecnológica, comprometendo-se com a formação de profissionais de excelência em suas áreas de atuação.

1.2.4 Políticas

São políticas da instituição:

- Estimular o autodesenvolvimento dos colaboradores ;
- Disponibilizar uma estrutura que permita um atendimento ágil e flexível aos clientes;
- Atender ao cliente com serviços atualizados e adequados às suas demandas, conforme exigências legais e estatutárias;
- Estabelecer parcerias para ampliação das competências educacionais, técnicas e tecnológicas;
- Avaliar as atividades desenvolvidas, para o alcance da melhoria contínua dos processos;
- Atuar com responsabilidade social.

1.2.5 Valores

Os valores que norteiam as atividades da mantenedora SENAI também são emanados para a Faculdade SENAI da Paraíba. São eles:

- Ética e transparência;
- Responsabilidade social;
- Valorização dos profissionais da instituição
- Satisfação do cliente;
- Igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na instituição;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- Respeito e tolerância às etnias e diferenças culturais;

1.2.6 Finalidades

A Faculdade SENAI da Paraíba, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996), tem como finalidades:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Diplomar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores produtivos assim como para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e disseminar o saber através do estudo, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, bem como, possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos e construídos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.2.7 Objetivos

A Faculdade SENAI da Paraíba tem por objetivos:

- I - Ofertar cursos superiores de graduação, especialmente cursos superiores de tecnologia com foco na formação de profissionais de excelência para o setor produtivo;
- II - Formar profissionais nos diversos níveis e modalidades de ensino, compromissados com a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional ;
- III - Ofertar programas e cursos de pós-graduação, de atualização e de extensão, nas modalidades presencial e a distância, nas áreas dos cursos de graduação e em áreas correlatas;
- IV - Desenvolver pesquisa aplicada, com foco em novos processos, produtos e serviços, de maneira sustentável e em estreita articulação com os setores produtivos da sociedade;
- V - Realizar atividades de extensão, para difusão, à comunidade, da pesquisa aplicada desenvolvida na instituição;
- VI - Promover, incentivar e estimular atividades inovadoras e criativas realizadas pelo seu corpo social;
- VII - Realizar intercâmbio e cooperação com outras instituições de ensino, nos diversos níveis e modalidades, com vistas ao desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências, da tecnologia e da inovação;
- VIII - Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e, em particular, da Região Nordeste e do Estado da Paraíba, como instituição de produção de conhecimento, prestação de serviços e inovação, em temas relativos à sua área de atuação;
- IX - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, por meio do estudo, de publicações e outras formas de comunicação com a sociedade;
- X - Prestar serviços à comunidade em geral, integrando a comunidade acadêmica com os setores produtivos e com o terceiro setor.
- XI - Oferecer condições para o aperfeiçoamento e qualificação permanente do seu corpo docente.

1.4.9 Metas Institucionais

a) Meta – Cursos de graduação

- Obter o Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial junto ao MEC

Curso	Tipo	Mod.	Vagas Anuais	Nº Turmas	Turno	Carga Horária	Ano
							2018
Automação Industrial	CST	Pres.	80	2	N	2.480	X

- Implantar Cursos Superiores de Tecnologia segundo autorização do MEC conforme cronograma abaixo:

Curso	Tipo	Mod.	Vagas Anuais	Nº Turmas	Turno	Carga Horária	Ano				
							2019	2020	2021	2022	2023
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	Pres.	80	2	N	2.000		x			
Gestão de Recursos Humanos	CST	Pres.	80	2	N	1.600			x		

b) Meta - Cursos de pós-graduação

- Ofertar cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, para atendimento ao mercado de trabalho local e regional, segundo cronograma abaixo.

Cursos	Tipo	Modalidade	Vagas Anuais	Nº Turmas	Ano				
					2019	2020	2021	2022	2023
Automação e Controle de Processos Industriais	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x		x		x
Auditoria e Controladoria na Gestão Financeira	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x	x	x	x	x
Design de Interiores	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1		x		x	
Eficiência Energética	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1		x	x	x	

Energias Renováveis	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1			x		x
Gestão Empresarial	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial			x		x		x
Gestão Estratégica de Pessoas	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x	x	x	x	x
Moda e Mercado	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1		x		x	
Planejamento, Execução e Controle em Obras Civas	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x		x		x
Qualidade e Segurança dos Alimentos	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1			x		

c) Meta: Avaliação Institucional

- Garantir avaliação em conformidade com parâmetros estabelecidos pela CPA, a partir do programa de avaliação institucional.
- Aprimorar o uso dos resultados da Avaliação Institucional como ferramenta de gestão e aperfeiçoamento do processo institucional, a partir da conclusão do primeiro ciclo avaliativo.

d) Meta – Extensão

- Fortalecer os programas institucionais nas áreas culturais e sociais, no período de vigência deste PDI, (2018-2020);
- Incentivar a participação de docentes e discentes em atividades de extensão e de responsabilidade social que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais

e) Meta: Aperfeiçoar o atendimento ao discente.

- Aperfeiçoar o atendimento realizado pelo Núcleo de Apoio ao Discente;
- Buscar alternativas para o financiamento estudantil, como FIES, a partir do credenciamento da Faculdade;

f) Meta – Infraestrutura

- Oferecer infraestrutura física e mobiliária condizente com as necessidades dos cursos.
- Investir na expansão e melhoria da infraestrutura física, dos ambientes pedagógicos e dos serviços de apoio.
- Investir na atualização dos equipamentos e acessórios utilizados nos cursos da Faculdade;
- Garantir a manutenção permanente da infraestrutura física e dos ambientes pedagógicos, visando atender às necessidades dos cursos, a partir da autorização dos cursos.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade SENAI da Paraíba, norteia as práticas acadêmicas da FSP, contextualiza as propostas pedagógicas adotadas pela IES, optando por apresentar os fundamentos que norteiam a visão institucional, destacando a importância da educação profissional frente ao mundo do trabalho, bem como a compreensão que a IES tem do processo ensino-aprendizagem. A partir desta visão inicial, o PPI detalha as políticas educacionais da instituição, descrevendo, em seguida, as metodologias de ensino e o sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

2.1. Introdução

As perspectivas inovadoras constituem-se em um marco referencial no desafio por

mudança de paradigmas, onde a comunidade escolar se empenha em um processo coletivo, visando definir o currículo e as formas de viabilizar e concretizar o seu projeto educativo. Neste contexto, “(...) dissociar a tarefa pedagógica do aspecto político é difícil, visto que o educador é político enquanto educador, e o político é educador pelo próprio fato de ser Político”. (Gadotti, Freire, Guimarães, 2000, pp. 25-26)

O PPI de uma instituição de ensino não é algo pronto e acabado, deve ser alterado e inovado sempre que necessário, ou seja, deve adequar-se ao momento, assumindo uma postura crítica frente à realidade. Possui uma intencionalidade, apontando para a superação de uma realidade e para a construção de outra. A ação pedagógica é a representação do caminho e da forma pensada, refletida e construída por um coletivo, para dar respostas aos atuais desafios educacionais.

A implantação deste projeto educacional implica na formação de discentes mais envolvidos e comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem, sujeitos responsáveis e autônomos, implicando na vivência do espírito de parceria, de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade. Também estão presentes a superação das dicotomias entre objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, tempo e espaço, professor e aluno, reflexão e ação, dentre outros enfoques interagentes do processo pedagógico.

O PPI tem por objetivos subsidiar os docentes e a comunidade acadêmica da IES, sobre as formas de aprender a aprender, de aprender a fazer, de conquistar a autonomia cognitiva, de desenvolver competências e executar habilidades. É importante, neste processo, o aprender a caminhar por conta própria, a partir da análise de compreensão da realidade e por meio da discussão coletiva, permitindo as escolhas e a atuação de forma crítica e transformadora.

Na sociedade capitalista em que vivemos, o conceito de trabalho está relacionado à satisfação de necessidades referentes à sobrevivência do trabalhador. A natureza social do trabalho é condicionada aos limites da “empregabilidade”, entendida como a capacidade de obter lugar relativamente permanente no mercado de trabalho.

O mundo do trabalho “é o mundo onde nos organizamos, planejamos o nosso presente e o nosso futuro, adquirimos experiência prática e nos reafirmamos socialmente pelo que fazemos. O sentido de ser está intimamente ligado ao sentido de ter.” (AUED, 1999, p.177).

A partir da década de 80 do século passado, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e

produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção, à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas.

A velocidade do progresso científico e tecnológico e da transformação dos processos de produção torna os conhecimentos rapidamente superados, exigindo atualizações contínuas, colocando novas exigências para a formação do cidadão.

Neste contexto de grandes mudanças, podem ser identificadas macro tendências tais como:

- Revolução científica e tecnológica;
- Sociedade do conhecimento/Informação;
- Globalização;
- Indústria 4.0;
- Emergência de novos valores sociais;
- Gestão ambiental;
- Novos modelos de organização e trabalho.

Para um novo modo de produção e acumulação flexível, com a organização e gestão das empresas em redes, é preciso um novo trabalhador, capaz de pensar e dominar conhecimentos gerais, relacionados ou não ao seu trabalho. Assim, além da educação formal, ou seja, da qualificação profissional, é necessária toda uma gama de habilidades relacionadas a novas tecnologias, bem como atitudes e comportamentos (KOBEL, 2004.p.26).

A globalização econômica, fenômeno atual e irreversível, muda a geografia política, universaliza informações, tecnologias, produção, abre fronteiras, como também faz surgir questões de sociabilidade humana em espaços cada vez mais amplos, exigindo o fortalecimento da identidade local e regional, para que cada comunidade não perca sua identidade cultural.

O “modelo de competências”, com relação aos trabalhadores, do ponto de vista das empresas, dispõe dos seguintes elementos:

- Normas de recrutamento que privilegiam o nível de diploma;
- Valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira;

- Introdução de processos de avaliação contínua do desenvolvimento de recursos humanos na empresa;
- Novos critérios de avaliação, que privilegiam qualidades pessoais e relacionais como responsabilidade, flexibilidade, autonomia, iniciativa, cooperação, capacidade de trabalhar em equipe e comunicação.

Na esfera da educação, destacam-se a noção de competência, vinculada à defesa da democracia, da cidadania, de justiça social, de combate às desigualdades e de respeito às diferenças. Enfim, na sociedade do conhecimento, estamos na era da globalização, na qual o determinismo tecnológico e mercadológico impõe novas formas de organização e qualificação do trabalhador, exigindo um maior nível de instrução, acarretando significativas mudanças no mercado de trabalho, tais como:

- Aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, observando-se um crescimento significativo dos empregos no segmento não organizado, em detrimento daqueles oferecidos pelo setor formal da economia.
- Ênfase na laborabilidade, em detrimento da empregabilidade, na formação dos indivíduos. Ou seja, valorizam-se mais o desenvolvimento e o aprimoramento de competências e habilidades para o desempenho e a atuação profissional no mundo do trabalho, em detrimento da formação para ocupação de postos específicos no mercado de trabalho.

O termo competência tem sido aplicado à educação profissional a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho, observando-se no indivíduo sua capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

Faz-se necessário o desenvolvimento das competências básicas, tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais, a exemplo de: capacidade de abstração, de desenvolvimento do pensamento sistêmico (ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos), criatividade, curiosidade, capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema.

Também são importantes o desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento, da capacidade de empreender, do autodesenvolvimento.

Dessa forma, é imprescindível um modelo de ensino que tenha a flexibilidade para atender a diferentes pessoas e situações e às mudanças permanentes que caracterizam o mundo na sociedade da informação; que atenda à diversidade que garante a atenção às necessidades da pluralidade de grupos em diferentes espaços e situações; e que construa significados e dê sentido à aprendizagem.

2.2. Princípios Educacionais

Desde sua criação, o SENAI, em âmbito nacional, tem-se pautado pela busca da excelência e no atendimento às necessidades do processo produtivo, com cursos e programas voltados para a educação profissional, visando à elevação dos níveis de qualificação profissional dos trabalhadores, bem como à formação de cidadãos criativos e empreendedores.

Estas necessidades estão intimamente relacionadas com as transformações sociais, políticas e econômicas que se desenham no País e no mundo, ocasionadas pelos efeitos da atual ordem econômica mundial, tanto no que diz respeito à tecnologia quanto às novas formas de organização do trabalho.

À educação profissional credita-se, portanto, o importante papel de contribuir para a formação de pessoas autônomas, capazes de mobilizar conhecimentos, habilidades, valores e atitudes diante de situações de vida pessoal e profissional, bem como o de formar um quadro referencial que fomente a possibilidade de melhor qualidade de vida, nos planos individual e coletivo. Portanto, a construção do conhecimento implica em uma ação compartilhada, já que é por meio dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. Deve haver um redimensionamento do valor das interações sociais (entre discentes e docentes) no contexto escolar, que passam a ser entendidas como condição necessária para a produção de conhecimentos por parte dos discentes.

São importantes o diálogo, a cooperação e a troca de informações mútuas, o confronto de pontos de vista divergentes e que implicam na divisão de tarefas, onde cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum. Cabe ao docente, não somente permitir que elas ocorram, como também promovê-las no cotidiano das salas de aula.

Neste pressuposto, a heterogeneidade, características presente em qualquer grupo de pessoas, passa a ser vista como fator preponderante para as interações em sala de aula.

Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contexto familiar, valores e níveis de conhecimento, imprimem ao cotidiano educacional a possibilidade de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, ampliação das capacidades individuais.

Nessa abordagem, têm-se como referência as quatro premissas apontadas pela UNESCO, como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea:

- **Aprender a aprender**

Prioriza-se o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerado como meio e como fim. Meio, enquanto forma de compreender a complexidade do mundo, condição necessária para viver dignamente, para desenvolver possibilidades pessoais e profissionais, para se comunicar. Fim, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir. O aumento dos saberes que permitem compreender o mundo favorece o desenvolvimento e a curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir.

- **Aprender a fazer**

O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam no dia-a-dia. Privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e, destas, no social, passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

- **Aprender a viver**

Trata-se de aprender a viver junto, desenvolvendo o conhecimento com o outro e na ótica das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

- **Aprender a ser**

Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder

decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer, tanto quanto possível dono do seu próprio destino.

2.2.1. Princípios Pedagógicos

A proposta curricular para os cursos de graduação da FSP constitui-se num desafio para a renovação e concepção da prática pedagógica, buscando dar respostas às transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e estabelecendo uma sintonia entre educação, trabalho e o desenvolvimento de competências, entendidas como a capacidade pessoal de articular os diferentes saberes, atitudes e valores.

A opção por uma prática pedagógica reflexiva adquire contornos desafiadores pois esta é uma alteração fundamental, do enfoque didático da lógica dos conteúdos para a lógica das competências.

Exercer a prática pedagógica reflexiva é desenvolver a consciência crítica dos educandos, ultrapassando sistematicamente as rotinas das salas de aula, em busca do conhecimento onde ele está sendo aplicado. As atividades praticadas necessitam de forte contextualização e correlação com a realidade e aplicabilidade, a fim de que os conteúdos possam ser realmente significativos.

A prática pedagógica reflexiva desenvolve nos educandos a capacidade de gerar novas ideias, decidir o que deve ser feito e criar soluções eficazes, aplicando os conhecimentos adquiridos e práticas em uso que estimulem a compreensão das relações entre vários objetos, ideias e situações, exigindo que os educandos utilizem as técnicas apropriadas e estratégias para aprender e aplicar novos conceitos e habilidades.

No âmbito pessoal, incrementa, também, o senso de responsabilidade pelo trabalho realizado, estimulando a autogestão e fazendo com que o aluno acesse, de forma acurada, seu próprio conhecimento, suas habilidades e aptidões, para que programe metas realísticas para si.

Neste contexto, o docente atua como um provocador de situações de aprendizagem desafiadoras e instigantes, que exigem intensas relações entre o educando, o ambiente de trabalho e os demais recursos disponibilizados para o desenvolvimento da atividade educativa.

É na prática pedagógica, na organização das situações docentes, na complexa teia de relações e de interdependência existente no dia-a-dia, que reside o espaço privilegiado

para materializar ideais e propósitos educacionais em ações efetivas.

Para uma prática pedagógica eficaz, elegem-se alguns princípios facilitadores de uma aprendizagem significativa, objetivo para o qual se voltam docentes e demais agentes educacionais:

- Uma **organização curricular flexível**, reflexo da observância do contexto do trabalho e das empresas, das demandas sociais e das necessidades dos alunos, que requer o tratamento interdisciplinar de conhecimentos e práticas profissionais.
- A **interdisciplinaridade** se caracteriza pela abordagem integrada de campos e conhecimentos afins, possibilitando o diálogo entre eles. Assume-se o conhecimento como socialmente construído e historicamente situado. Tem caráter global, tanto nas situações profissionais como nas situações de vida. Descobre-se, na perspectiva da interdisciplinaridade, o caráter global do fenômeno em estudo, rompendo-se a visão fragmentada e estanque. Esse aspecto traz implicações para a prática pedagógica que poderá ser enriquecida com o desenvolvimento de projetos integradores, de pesquisas, de resolução de situações-problema e de desafios.
- **Contextualização** é outro princípio orientador de práticas pedagógicas que fortalece a aprendizagem significativa e, por isto, mais duradoura. Contextualizar implica conferir significado a fatos, fenômenos, conhecimentos e práticas, com base nas percepções, conhecimentos, experiências, enfim, nas representações sociais trazidas pelos alunos.
- **Desenvolvimento de capacidades**, sendo essas transversais, manifestando-se em uma ou mais competências ou, ainda, uma mesma competência pode solicitar múltiplas capacidades. Trata-se, pois, de avançar para além do desempenho aparente expresso em tarefas e práticas prescritas, descobrindo e estimulando o desenvolvimento de capacidades que permeiam transversalmente as competências. Isto porque estas se aprimoram ao longo da vida.
- Privilegiar o **aprender a aprender**, por meio do estímulo à resolução de problemas novos, à aceitação da dúvida como propulsora do pensar. Aprender significa mais do que reproduzir a realidade, repetir o já estabelecido. A descoberta de novas

perspectivas, de soluções ainda não pensadas, a visão inusitada, a atribuição de significado próprio ao que é ensinado, indicam que a verdadeira aprendizagem está em curso. Para Pedro Demo, o conhecimento não deve gerar respostas definitivas, mas perguntas inteligentes.

- **Aproximar a formação ao mundo real, ao trabalho e às práticas sociais**, por meio do desenvolvimento de tarefas autênticas que possuem utilidade e significado para o trabalho e para a vida. Tal aspecto poderá se constituir em facilitador da inserção profissional e da manutenção do trabalhador em atividade produtiva, reforçando a sua “laborabilidade”.
- **Integrar teoria e prática** uma vez que a prática constitui e organiza o currículo, o que evidencia a centralidade desse aspecto. Por meio de uma visão ampliada do que seja prática profissional – toda oportunidade de pôr em ação o aprendido – percebe-se a importância de tratar os fundamentos técnicos, científicos e as bases tecnológicas, segundo situações que reflitam os contextos de cada profissão. Cabe ressaltar, igualmente, que integrar teoria e prática não se esgota nas relações que se estabelecem entre as duas dimensões. É necessário ir mais além, por meio da capacidade que permita ao aluno ter um olhar atento sobre os seus próprios processos de raciocínio. Isto o habilitará a explicitar e avaliar caminhos e alternativas pelos quais optou na resolução de problemas.
- **Avaliação da aprendizagem** sendo vista sob a ótica de função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem. A avaliação funciona como um balizador do processo.
- A prática pedagógica deve ter o valor da **afetividade**, como condição para uma aprendizagem significativa. Assim, ao lado da seriedade e da atenção que o estudo exige, resguarda-se o espaço da alegria, da convivência, da empatia e da solidariedade no ambiente escolar.

Assim, quando se busca uma aprendizagem significativa, que considera as diferenças individuais; que reflete contextos reais; que privilegia o fazer e o porquê se faz de

determinada forma; que estimula a criatividade e a autonomia; então, se faz necessário que os ambientes escolares correspondam a esses objetivos.

É importante lembrar que, quando se fala em ambiente de aprendizagem, não se está focalizando unicamente a sala de aula convencional ou a oficina pedagógica. Múltiplas são as oportunidades de aprender e múltiplos são os espaços de aprendizagem.

Potencializar o uso dessas diversas possibilidades, recorrendo a outros ambientes como bibliotecas, espaços da comunidade e das empresas, ambientes naturais, entre outros, alarga horizontes e enriquece a formação.

Algumas características se mostram desejáveis nos ambientes de aprendizagem com os recursos neles presentes:

- Possibilitar a expressão de diferentes modos de aprender;
- Flexibilizar o atendimento a demandas e a necessidades individuais;
- Expressar, sempre que possível, a complexidade do mundo real – empresarial e social;
- Possibilitar a integração funcional, no sentido de que os diversos atores que interagem no processo formativo, em especial os docentes, possam se articular, discutir questões comuns, afinar entendimentos, o que fortalecerá a ação coletiva, quando necessária, e a gestão compartilhada.

Nessas circunstâncias, a mediação da aprendizagem parte do pressuposto de que toda situação educativa deve considerar a presença de três elementos: o docente, o aluno e a situação criada pela interação entre eles. Esse conceito se refere à distância entre o nível de desenvolvimento real, que pode ser determinado pelo modo como o aluno resolve, sozinho, as situações apresentadas; e o nível de desenvolvimento potencial, que se refere ao que o aluno é capaz de resolver, quando mediado pelo docente.

Entendemos a mediação como a arte de intermediar através da argumentação e do questionamento. Não aquelas focadas nos conteúdos e nos resultados que o aluno alcança, pois, dessa forma, estaríamos privilegiando a aprendizagem por conteúdos. Mas, por meio de perguntas que assegurem a condução do processo de lidar com o novo, produzindo no aluno um nível mais abstrato de pensamento, pois a aprendizagem se caracteriza pelo desenvolvimento de habilidades mentais mais complexas que permitem compreender e lidar melhor com o mundo.

Diríamos que, complementando o pensamento, não só lidar com o mundo, mas se

tornar um agente transformador desse mundo. E, como diz Freire:

“Estou certo, porém, de que é preciso deixar claro, mais uma vez, que a nossa preocupação pela pergunta não pode ficar apenas em nível da pergunta pela pergunta. O importante, sobretudo, é ligar, sempre que possível à pergunta e a resposta a ações que foram praticadas ou a ações que podem vir a ser praticadas ou refeitas”. (1985,p.26)

Desse modo, as perguntas voltadas para o *quê* e, principalmente, para o *porquê*, estimulam no aluno mudanças cognitivas que resultam na melhoria do seu potencial de aprendizagem. Já as perguntas voltadas para o *como*, levam-no a dar-nos de conta da importância da aprendizagem estruturada, que conduz o seu pensamento de forma sistemática.

É oportuno considerar também que, com a continuidade do trabalho de mediação, o aluno adquirirá mais autonomia em relação ao seu aprendizado e o docente observará que a sua intervenção torna-se menos solicitada, mas sempre necessária. O resultado desejado é que o aluno, ao longo de sua aprendizagem mediada, aprenda a mediar-se diante de situações novas.

Assim, podemos dizer que o docente é mediador, quando:

- Tem um papel de parceiro na aprendizagem;
- É uma testemunha privilegiada do embate entre o mediado e o ambiente;
- É um observador do comportamento do mediado, avaliando-o e favorecendo seu progresso, sua melhoria no pensar;
- Instaura uma relação de ajuda e não de sancionamento, de coerção;
- Tem uma tarefa essencial de organizar o contexto, imaginando e propondo situações-problema adequadas;
- Consegue colocar-se no lugar do outro, perceber sua lógica e suas intenções.

As estratégias pedagógicas são desenvolvidas através de metodologias integradoras, buscando a interdisciplinaridade e a articulação através de situações-meio, concebidas e organizadas para promover o desenvolvimento de qualidades pessoais e de aprendizagens profissionais significativas. São utilizados métodos e técnicas socializadoras, que propiciem vivências e práticas coletivas e processos participativos, possibilitando a

mobilização de conhecimentos e estimulando o raciocínio, a reflexão e a criatividade e o desenvolvimento de qualidades pessoais, tais como:

- **Projetos Integradores:** esta prática de ensino tem por características fundamentais a autenticidade e a intencionalidade de sua proposta, que envolve complexidade e resolução de problemas e onde, a responsabilidade e a autonomia dos alunos são essenciais, pois eles são corresponsáveis pelo trabalho e pelas escolhas durante o seu desenvolvimento. Trazem uma nova perspectiva para o processo de ensino e aprendizagem, onde o conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado. É um processo global e complexo, onde conhecer e intervir no real não se encontram dissociados, aprende-se participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Ensina-se não só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada. Ao participar de um projeto integrador, o aluno está envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento está integrado às práticas vividas.
- **Visitas Técnicas:** o objetivo das visitas é oportunizar, por meio da observação sistêmica, a contextualização de conhecimentos adquiridos, a identificação de processos nas empresas, as novas tecnologias, bem como promover a aproximação com o mercado de trabalho.
- **Seminários/Palestras Técnicas:** o contato com as tecnologias de ponta, utilizadas por empresas especializadas no setor, resulta num enriquecimento para a formação do aluno, propiciando constante atualização, troca de informações e experiências. O desenvolvimento dessa estratégia possibilita a mobilização e construção do conhecimento, por meio da discussão e do estabelecimento das relações entre teoria e prática.
- **Aulas Expositivas Dialogadas / Conversação Didática:** esta prática pedagógica se apresenta como situação de trabalho conjunto entre alunos e docentes e atinge seus objetivos quando os conhecimentos se tornam atividades de pensamento dos alunos e meios para o desenvolvimento das competências. As atividades/discussões

são contextualizadas e correlacionadas com a realidade onde são aplicadas, de forma que os conteúdos possam adquirir sentidos e sejam realmente significativos.

- **Práticas em Laboratórios:** as práticas em laboratório são inerentes à natureza dos cursos previstos pela FSP e articuladas pedagogicamente com as unidades curriculares, constituindo-se em processo de experimentação e vivência permanente. Possibilitam o desenvolvimento de estudos de caso, de projetos, de questões apresentadas anteriormente ou formuladas no momento, e de solução de problemas. Para construir essas soluções, os alunos necessitam articular os seus conhecimentos, integrando os conteúdos, para tomar uma série de decisões que poderão levá-los ao alcance de um objetivo consistente.
- **Situações Problema:** é um procedimento didático ativo, uma vez que o aluno é colocado diante de uma situação problemática e para a qual tem de apresentar sugestões de solução, conforme a natureza do problema proposto, com base em estudos anteriormente efetuados e na busca de novos conhecimentos. Possibilitam desenvolver o espírito crítico, a iniciativa e autoconfiança, além de habilidades de investigação, observação e formulação de hipóteses, promovendo a aproximação da teoria com sua aplicabilidade.

Uma prática pedagógica que se orienta em torno da mediação, conduz a uma ressignificação da atuação do docente e dos demais agentes envolvidos no processo educacional. Construir conhecimento é estabelecer uma ação partilhada, por meio de relações entre sujeito e objeto de conhecimento, particularmente, aquelas que permitam o diálogo, a cooperação e troca de informações, o confronto de pontos de vista diferentes e que impliquem no comprometimento de todos, onde cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum.

Nesta concepção, a trajetória metodológica terá movimentos integrados na mobilização para a construção e síntese do conhecimento. O aluno é o sujeito do processo de ensino e aprendizagem, e sua inter-relação com o docente lhe dará as condições necessárias para o desenvolvimento da autonomia, tornando-o capaz de construir e gerenciar o conhecimento, e de enfrentar os desafios das constantes mudanças.

2.3. Políticas de Ensino

Para o ForGRAD (1999, p. 10)., “os cursos de graduação devem propiciar a oferta de referenciais teóricos básicos que possibilitem o trâmite em múltiplas direções, instrumentando o indivíduo a atuar de forma criativa em situações imprevisíveis” .

A prática do ensino na FSP organizar-se-á conforme expresso nos documentos institucionais e pelas indicações que seguem:

- Uma sólida formação geral e a necessária qualificação técnico-profissional, expressa nos respectivos componentes curriculares;
- A adoção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio curricular;
- O uso da prática da pesquisa como elemento importante para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- A adoção de práticas que privilegiem e estimulem ações educativas que superem o pensar fragmentado, individualista e utilitarista, e que apontem para eventos interdisciplinares, multidisciplinares e intercursos;
- O estímulo à iniciativas curriculares e extracurriculares de cunho didático-pedagógico e científicas que se voltem para a identificação e solução de problemáticas sociais e profissionais do entorno social da FSP;
- A produção de trabalhos que incentivem a prática da solidariedade e responsabilidade social;
- A realização de estudos e atividades que contemplem o trabalho em equipe;
- A promoção de eventos científicos e artístico-culturais que problematizem os temas sociais e profissionais emergentes;
- A realização de programas especiais de nivelamento e ampliação de estudos do corpo discente;
- A utilização de instrumentos e indicadores que permitam avaliar a qualidade profissional e social dos egressos do curso;
- A disponibilização de mecanismos de participação dos docentes e discentes na gestão e avaliação dos cursos;
- O incentivo a atitudes empreendedoras e visão regional;
- O estímulo à ampliação da formação docente (formação continuada).

2.3.1. Flexibilidade Curricular

A flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação, face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior.

A flexibilização curricular, ao ser entendida no seu sentido político, implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição. Por outro lado, implica também em construir uma cultura pedagógica em que a cultura avaliativa tem espaço garantido no interior da instituição, que promova permanentemente crítica à própria instituição e à sociedade, de modo que a instituição possa acompanhar as constantes transformações da realidade, assegurar a criação de novas alternativas e a construção de novos atores comprometidos com o processo de ruptura com a lógica que preside, ainda hoje, as práticas pedagógicas academicistas, cientificistas, rígidas, lineares, em geral desvinculadas das realidades internacionais, nacionais e locais.

2.4. Certificações Intermediárias

Nos cursos de graduação da FSP estão previstas certificações intermediárias que oportunizam a inserção e valorização do aluno no mercado de trabalho, mesmo durante o período de formação. Em determinado momento do curso, o aluno poderá obter uma certificação de qualificação profissional de nível tecnológico que expressa as competências adquiridas até aquela etapa, permitindo que o aluno ingresse no mercado de trabalho mesmo sem ter concluído o curso, até para que possa estar empregado e financiar a própria formação. Esta característica é típica dos cursos superiores de tecnologia.

2.5. Aceleração de Estudos

A organização curricular dos cursos da FSP está planejada de modo a facilitar ao máximo o aproveitamento de competências e conhecimentos, resultando na aceleração de estudos. Esses conhecimentos e competências poderão ter sido obtidos por meios formais ou não formais, nos termos da legislação em vigor:

- **Por meios formais:**

A FSP aproveitará conhecimentos adquiridos em instituições legalmente autorizadas pelos órgãos competentes, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação tecnológica, adquiridos em outras graduações (parcial ou integralmente).

- **Por meios não formais:**

A FSP avaliará, por meio de exames de competências, os conhecimentos e experiências adquiridos no trabalho ou por outros meios não formais. Tais exames serão aplicados por banca examinadora especial, formada por docentes da FSP, designados pela coordenação de curso, sendo os seus resultados homologados pelo colegiado de curso, na forma regimental. Este procedimento está condicionado à regulamentação definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e demais normas pertinentes.

2.6. Aceleração de Estudos em Períodos Especiais

A FSP poderá oferecer disciplinas em períodos especiais, como nas férias e aos sábados, possibilitando, assim a aceleração de estudos. Estas disciplinas serão iniciadas sempre que o quantitativo de alunos inscritos propiciar a viabilidade econômico-financeira. Os pré-requisitos para o ingresso nessas disciplinas serão rigorosamente observados.

2.7. Cursos de Graduação

A FSP adotará, como orientação na elaboração de suas propostas pedagógicas, os princípios definidos na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, com seus respectivos desdobramentos legais, sem abrir mão de sua autonomia institucional, incentivando, dessa forma, uma proposta pedagógica alicerçada no debate consistente sobre a função do ensino superior.

Adotar-se-á ainda, como orientação, os princípios epistemológicos das teorias que mais se aproximam de uma perspectiva formativa geral, emancipadora, pluralista, complexa,

dialógica, interdisciplinar e articulada em práticas pedagógicas e de pesquisa, dando ênfase às problemáticas regionais.

Os projetos pedagógicos dos cursos devem prever disciplinas adotadas como núcleo comum geral, que integrarão todas as matrizes curriculares dos cursos ofertados pela instituição.

Partindo dos pressupostos didáticos e metodológicos adotados pela mantenedora, nos quais o aprendizado é fruto da experiência de vida mediada pelas circunstâncias histórico-culturais e epistemológicas, as pessoas devem ser estimuladas a construir seu próprio conhecimento, na interação que fazem com o mundo.

A oferta de cursos da graduação deverá atender a toda a plataforma conceitual e axiológica aqui definida. Para melhor visualização, apresentamos, na sequência, dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula dos cursos de graduação previstos na vigência deste PDI, bem como a previsão de oferta de cursos de pós-graduação. Os cursos de extensão serão oferecidos sempre que forem identificadas demandas para a realização dos mesmos.

A IES também implementará, nos currículos dos seus cursos, de forma transversal, temas que abordem a história e cultura afro-brasileira e indígena, como preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Lei nº 11.645, de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004

2.8. Programa de Abertura de Cursos de Graduação para o período 2018-2022

A Faculdade SENAI da Paraíba, pretende implantar no período acima mencionado, quatro cursos de graduação tecnológica visando formar profissionais que estejam em sintonia com as demandas existentes no mercado de trabalho e sejam elementos contributivos para o aumento da competitividade da indústria regional e melhoria da qualidade de vida da população. . A tabela a seguir apresenta o programa de abertura de cursos de graduação, na vigência deste PDI.

Tabela: Cursos de graduação previstos

Curso	Tipo	Mod.	Vagas Anuais	Nº Turmas	Turno	Carga Horária	Ano				
							2019	2020	2021	2022	2023
Análise e	CST	Pres	80	2	D	2.000		x			

Desenvolvimento de Sistemas										
Gestão de Recursos Humanos	CST	Pres	80	2	D	1.600			x	

OBS: Os cursos funcionarão na sede da FSP e, em caso de expansão física, em unidade vinculada credenciada conforme previsto na legislação (Lei 12.816/2013).

2.9. Cursos de Pós-graduação

A Faculdade SENAI da Paraíba, conhecendo as necessidades do mercado industrial regional, desenvolve diversos programas de especialização *lato sensu*, visando atender e especializar os profissionais graduados segundo as competências exigidas pelo dinâmico mercado de trabalho atual. A tabela a seguir apresenta o programa de abertura de cursos de pós-graduação, na vigência deste PDI.

Cursos	Tipo	Modalidade	Vagas Anuais	Nº Turmas	Ano				
					2019	2020	2021	2022	2023
Automação e Controle de Processos Industriais	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x		x		x
Auditoria e Controladoria na Gestão Financeira	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1	x	x	x	x	x
Design de Interiores	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1		x		x	
Eficiência Energética	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1		x	x	x	
Energias Renováveis	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	30	1			x		x

Gestão Empresarial	Pós-graduação Lato Sensu	Presencial			x		x		x
Gestão Estratégica de Pessoas	Pós-graduação Lato Sensu	Presencial	30	1	x	x	x	x	x
Moda e Mercado	Pós-graduação Lato Sensu	Presencial	30	1		x		x	
Planejamento, Execução e Controle em Obras Civas	Pós-graduação Lato Sensu	Presencial	30	1	x		x		x
Qualidade e Segurança dos Alimentos	Pós-graduação Lato Sensu	Presencial	30	1			x		

2.10. Políticas de Pesquisa

A Coordenação de Pós-Graduação e Extensão (CPE) da FSP é responsável pela organização e gestão institucional da pesquisa, especialmente de natureza aplicada. Recebe as propostas de projetos, promove as análises e faz a priorização segundo sua importância e pertinência em relação às linhas básicas previstas, a fim de submetê-los à homologação dos órgãos competentes.

Nos cursos de graduação, fica estabelecido como responsável pela gestão e incentivo à prática da pesquisa a coordenação da graduação e do coordenado de curso, que deve fazê-lo em conjunto com a coordenação de Pós-Graduação e Extensão, com o Colegiado e o NDE do respectivo curso. Para tanto, a instituição deverá:

- Consolidar a área de pesquisa, com base em dois níveis: a iniciação científica e o estímulo à criação de Núcleos de Pesquisa;
- Organizar e efetivar, continuamente, o planejamento necessário à capacitação de docentes e de pessoal técnico-administrativo, como condição para a ampliação do rol de profissionais a serviço do corpo institucional, com experiência e iniciação à pesquisa;

- Estruturar fontes de informações estaduais e regionais, com o intuito de organizar um banco de dados que viabilize o conhecimento e desenvolvimento de atividades de pesquisa, a partir da cultura local;

Esta política será consolidada por meio dos procedimentos e medidas estabelecidas neste documento e nos seguintes procedimentos:

- Formação de pessoal docente em cursos de pós-graduação;
- Concessão de auxílio para projetos específicos;
- Efetivação de convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Difusão dos resultados das pesquisas realizadas, em periódicos;
- Manutenção de intercâmbio com instituições científicas, buscando incentivar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Promoção de simpósios aplicados ao debate de temas científicos;
- Implantação de núcleos temáticos de estudos;
- Estabelecimento de linhas de pesquisa em áreas estratégicas do conhecimento;
- Atualização e expansão permanente do acervo bibliográfico.

2.11. Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da FSP será coordenado pela CPE tem como objetivo possibilitar aos estudantes a oportunidade de treinamento e prática em pesquisa, permitindo uma maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, obedecendo às diretrizes previstas tanto no texto constitucional, quanto na LDB (Lei 9394/1996) e seus desdobramentos.

Os objetivos gerais da iniciação científica são direcionados para uma prática acadêmica de inserção de alunos de graduação na pesquisa científica e aplicada, possibilitando o contato direto com as atividades de pesquisa desenvolvidas por professores e alunos da pós-graduação. Apresenta-se, desta forma, como um mecanismo que possibilita ao aluno de graduação conhecer uma realidade acadêmica diferente daquela exigida pelo mercado de trabalho comum, possibilitando a vivência na construção do conhecimento.

Nesta perspectiva, "a iniciação científica" caracteriza-se como um instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui-se em um

canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, "a iniciação científica pode ser definida como um instrumento de formação" (CNPq).

2.12. Bolsas de Iniciação Científica

A FSP disponibilizará bolsas de iniciação científica, com o intuito de estimular as capacidades dos alunos para as áreas de pesquisa científica ou tecnológica, com apoio de orientadores, que serão os mediadores na busca do conhecimento metodológico e científico. Pretende-se dar um desconto na mensalidade do aluno, o qual corresponderá a uma bolsa de iniciação científica institucional indireta. Os procedimentos de concessão deste benefício serão determinados pelo CONSEPE, por meio de Edital específico para este fim, e operacionalizados pela CPPE.

2.13. Política de Extensão

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre IES e sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico e contextualizado e aplicável. No retorno à IES, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido ao conhecimento anteriormente definido.

A Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da FSP (CPPE) é responsável pela organização e gestão institucional da extensão. Recebe as propostas de projetos, analisa-os, prioriza-os segundo sua importância e pertinência em relação às demandas sociais, culturais e artísticas da sociedade, a fim de submetê-los aos órgãos colegiados competentes.

Para efetivar as políticas de extensão, ficam definidos os seguintes princípios norteadores dos programas, projetos e atividades de cunho extensionistas:

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- A extensão como contribuição para a formação do acadêmico, na interface com o ensino de acordo com os PPCs de cada curso;

- A extensão na interface com a pesquisa, deve responder cientificamente às demandas suscitadas pela sociedade, seguindo a política de pesquisa da instituição;
- A extensão deve sempre ser entendida como uma via de mão-dupla entre a comunidade acadêmica e a sociedade, reconhecendo que a última é uma importante fonte de conhecimento e de oportunidade de ação;
- É uma das funções da extensão o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida profissional e para a cidadania;
- Os projetos de eventos, como seminários, congressos, palestras, mostras, constituem atividades de extensão;
- As atividades de extensão serão realizadas sob a forma de programas e projetos nas áreas técnica, científica, artística e cultural;
- O extensionismo na FSP articulado com os princípios aqui definidos deverá adotar as seguintes diretrizes:
 - A priorização de projetos de demanda interna, que possibilitem a solução de problemas de ordem educacional;
 - O apoio a projetos de demanda externa que sejam relevantes para a comunidade acadêmica;
 - O desenvolvimento de desenvolver projetos que visem a captação de recursos externos, como alternativa para o desenvolvimento das atividades da instituição, dentro das políticas, diretrizes e normas existentes e de forma ética e transparente;
 - A absorção de projetos que sejam oferecidos pelos entes públicos, de instituições nacionais e internacionais que estejam em consonância com a missão da FSP;
 - O incentivo a criação de cursos de extensão que possam ser oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade;
 - O desenvolvimento desenvolver consultoria para os diversos segmentos da sociedade, por meio, preferencialmente, dos professores, técnicos e alunos da IES;
- A articulação que viabilize a realização de atividades de extensão, a partir do planejamento estratégico da instituição, dos planos de trabalho das unidades e dos planos de ensino dos professores;
- A identificação de condições para potencializar tendências e vocações regionais;

- A estímulo a processos de aprendizagem que acenem para temáticas relevantes para a comunidade, por meio da articulação entre a produção do conhecimento e o desenvolvimento social;
- A identificação e incentivação de ações voltadas a formação de pessoas e grupos empreendedores, visando a geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida.

2.14. Atividades Complementares

Atividades Complementares (ACs) são práticas acadêmicas obrigatórias para os alunos da FSP. Essas atividades são apresentadas sob múltiplos formatos, com o objetivo de:

- complementar e atualizar o currículo vigente;
- ampliar os horizontes de conhecimento, bem como de sua prática para além da sala de aula.

Essas atividades devem favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais e, finalmente, favorecer a flexibilidade acadêmica do currículo e à iniciativa por parte dos alunos.

As atividades complementares na FSP são divididas nas seguintes categorias:

- atividades fora do campus;
- palestras, seminários, congressos e conferências;
- pesquisa;
- prestação de serviços à comunidade;
- iniciação científica;
- monitoria;
- atividades de extensão, e
- disciplinas não previstas no currículo obrigatório.

O aluno deverá comprovar um mínimo de 5 (cinco) créditos (equivalentes a 100 horas-aula) de atividades complementares durante o curso. O aluno, ao realizar algumas das atividades previstas no regulamento, reúne os comprovantes, como declarações e certificados, que deverão ser encaminhados para registro. A comprovação das atividades realizadas será feita por meio de relatórios emitidos pela Coordenação do Curso, que

encaminhará esta informação para a Secretaria Acadêmica para efeito de registro da carga horária no histórico escolar. Todas as atividades complementares deverão ser comprovadas pelo próprio discente, por meio de formulário adequado.

A instituição oferecerá, regularmente, uma série de eventos, palestras, seminários, sessões técnicas, exposição de pôsteres técnicos, jornadas acadêmicas, ciclos de seminários, mostras, dentre outras atividades, dirigidas aos alunos. As atividades serão ofertadas por meio de programas divulgados periodicamente em murais, salas de aulas, agendas específicas e no *site* da instituição.

Constituem-se ainda em atividades complementares:

- Desenvolvimento de pesquisa teórica ou empírica;
- Prestação de serviço à comunidade;
- Voluntariado em entidades filantrópicas;
- Iniciação científica/monitoria;
- Disciplinas não previstas no currículo pleno;
- Assistência técnica-pedagógica a outros alunos.

Para tanto, vale ressaltar a importância das atividades externas, como a realização de cursos de extensão em outras instituições, visitas a órgãos públicos ou entidades particulares ligadas à área de abrangência do curso, entre outras atividades correlatas.

2.15. Estágios

A FSP, atendendo as Políticas de Estágio e Prática Profissional da nova Lei de Estágio, nº 11.788/2008, optará pelo estágio curricular obrigatório e supervisionado, quando este for parte integrante do projeto pedagógico do curso.

O estágio tem o objetivo de colaborar no desenvolvimento do aprendizado, contextualizando o conhecimento adquirido no ambiente da faculdade com a prática profissional realizada em uma empresa conveniada.

Os estágios serão regulamentados em documentos específicos.

2.16. Estimulo à Produção Acadêmica

A Faculdade SENAI da Paraíba desenvolve mecanismos e estratégias de promoção e estímulo à produção acadêmica, visando à manutenção dos padrões de excelência e eficiência adequados para o desenvolvimento de seus recursos humanos.

A Faculdade disponibiliza, de forma articulada e criativa, recursos humanos, materiais e institucionais voltados ao desenvolvimento de pesquisadores, por meio de atividades que contribuam para a produção intelectual qualificada, dentro dos padrões definidos pelo MEC e CAPES, promovendo a difusão da cultura da pesquisa, da produção acadêmica, da pesquisa aplicada e da inovação.

A FSP privilegia o incentivo a iniciação científica e tecnológica, trabalhos de conclusão de curso, monitoria, produção de pesquisa científica e aplicada em diferentes áreas e graus de atuação, bem como a formação de linhas e grupos de pesquisa institucionalizados.

São estimulados, por meio de programas institucionalizados, a participação em feiras tecnológicas, congressos, simpósios e oficinas de inovação, buscando favorecer o crescimento pessoal e profissional da comunidade acadêmica, como também, o desenvolvimento local e regional.

2.17. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem

A concepção de avaliação que norteia o processo de ensino-aprendizagem dos cursos da FSP inspira-se no modelo que utiliza a avaliação como mediadora do processo de promoção humana do educando.

A avaliação é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida, os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos. Neste contexto, a postura pedagógica do professor tem grande importância na sua interação com a turma e, conseqüentemente, na eficácia da avaliação.

Por meio de discussões com grupos de professores que atuam na FSP, verificou-se o interesse em privilegiar propostas de avaliação continuada da aprendizagem (avaliação formativa), com a utilização de diferentes instrumentos ao longo do semestre letivo. A avaliação praticada na FSP tem como base o que dispõe a Lei nº 9394/96 e seus desdobramentos.

A avaliação enquanto um processo contínuo de coleta e análise de dados, é realizada por meio de métodos e técnicas e instrumentos diversificados, dependendo dos objetivos propostos.

A existência da avaliação continuada permite o acompanhamento, por parte da coordenação, do comprometimento do corpo docente com a filosofia do curso e da responsabilidade do estudante, como ator na construção do processo avaliativo.

A avaliação do desempenho do estudante na FSP é um processo de natureza cumulativa, contínua, sistemática e flexível, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos com a prevalência da avaliação do saber e do “saber fazer”, característica fundamental no perfil do egresso dos cursos de graduação da faculdade, especialmente os cursos superiores de tecnologia

2.17.1. Mecanismos e Instrumentos

A avaliação do ensino e da aprendizagem é realizada por meio:

- trabalhos individuais e em grupo;
- relatórios de atividades externas;
- seminários;
- pesquisas;
- debates;
- painéis;
- acompanhamento sistemático das atividades discentes;
- projetos práticos;
- avaliações práticas e/ou escritas.

E deverá:

- incluir tarefas contextualizadas;
- exigir a utilização funcional dos conhecimentos disciplinares;
- apresentar o escopo das exigências antes da situação de avaliação;
- levar em consideração as estratégias cognitivas e metacognitivas utilizadas pelos estudantes.

Além disto, ao selecionar as técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem o docente deve considerar:

- os objetivos definidos para o processo de ensino-aprendizagem;

- a natureza do componente curricular e a respectiva área de estudo;
- os métodos e procedimentos utilizados no desenvolvimento da disciplina;
- as condições de realização: tempo, recursos materiais e de infraestrutura, disponibilidade de laboratórios, espaço físico entre outros recursos necessários para a execução das atividades;
- número de alunos por turma ou por grupo.

Neste contexto, são objetivos da avaliação do aluno:

- conscientizar o aluno acerca do nível em que está situado o seu processo de aprendizagem;
- oferecer informações que referendem os procedimentos de ensino ou que dêem suporte às mudanças de estratégias avaliativas;
- verificar o nível de aprendizagem individual e coletiva de cada conteúdo ministrado;
- verificar a evolução do aluno comparando seus resultados no início, no decorrer do processo e final de cada período;
- fornecer ao aluno informação sobre seu desempenho, para que possa tomar medidas em prol de uma melhor aprendizagem;
- servir como indicador para avaliação institucional, centrada no processo de ensino e de aprendizagem;

2.17.2. Métodos de Avaliação da Aprendizagem

É facultado ao docente a escolha dos métodos e instrumentos de avaliação da aprendizagem a serem adotados em cada unidade curricular, devendo apresentá-los no plano de ensino e na respectiva coordenação de curso, que avaliará se os critérios estão adequados aos princípios da avaliação formativa e continuada, e ao perfil profissional de conclusão. Há vários meios pelos quais podemos avaliar os saberes, capacidades e atitudes desenvolvidas, permitindo detectar dificuldades e estabelecer alternativas para superá-las.

2.17.3. Indicadores de Aprendizagem

O desempenho do aluno é verificado por meio de acompanhamento contínuo e dos resultados por ele obtidos nas avaliações.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitidas apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. Independente dos demais resultados obtidos. É considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

A avaliação da aprendizagem será realizada, por disciplina, em caráter permanente e cumulativo, através dos seguintes instrumentos:

- Avaliações Básicas (AB), que poderão ser:
 - projeto individual;
 - avaliação prática;
 - avaliação escrita.
- Avaliações Complementares (AC), que poderão ser:
 - trabalhos individuais e em grupo;
 - relatórios de atividades externas;
 - seminários;
 - pesquisas;
 - debates;
 - painéis;
 - acompanhamento sistemático das atividades discentes;
 - projetos práticos;
 - avaliações práticas;
 - avaliações escritas.

Em cada disciplina é realizada apenas uma avaliação básica (AB) por bimestre. Já a quantidade de avaliações complementares (AC) de cada disciplina é definida pelo respectivo docente durante a elaboração de seu plano de ensino.

Os níveis de desempenho dos alunos em cada avaliação são registrados em valores numéricos, considerando-se como nota máxima 10,0 (dez) e mínima 0 (zero), com intervalos nível de uma casa decimal.

A média semestral (MS) de cada disciplina é a média aritmética das duas médias bimestrais (MB) do semestre, como apresentado na Figura 6.

$$MS = \frac{MB_1 + MB_2}{2}$$

Figura 6: Cálculo da média semestral

A média bimestral (MB) é a média aritmética entre a nota da avaliação básica (AB) e a média aritmética das avaliações complementares (AC) desenvolvidas no respectivo bimestre.

$$MB = \frac{AB + \frac{AC_1 + AC_2 + \dots + AC_n}{n}}{2}$$

Figura 7: Cálculo da média bimestral

2.17.3.1 Aprovação

Em cada unidade curricular, são considerados aprovados os alunos que:

- Obtiverem grau numérico igual ou superior a 7,0 (sete) na média semestral (MS) e
- Tenham alcançado 75% (setenta e cinco por cento) ou mais de frequência nos encontros realizados durante a disciplina.

Para o aluno que obtém média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) sua média final (MF) no semestre será igual à média semestral (MS).

2.17.3.2. Recuperação

O aluno que não obtiver grau numérico igual ou superior a 7,0 (sete) na média semestral (MS) deverá se submeter ao processo de recuperação, com a realização de avaliação final (AF). Para que tenha direito a realizar a avaliação final (AF), o aluno precisa ter alcançado o mínimo de frequência de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 3,0 (três) e inferior a 7,0 (sete).

A média final (MF) dos alunos que precisam participar do processo de recuperação será obtida dividindo-se por 10 (dez) o resultado da soma da média semestral (MS) multiplicada por 6 (seis) com a nota da avaliação final (AF) multiplicada por 4 (quatro).

$$MF = \frac{MS * 6 + AF * 4}{10}$$

Figura 8 : Cálculo da média final

2.17.3.3. Reprovação

O aluno que obtém grau numérico inferior a 3,0 (três) na média semestral ou, após ser submetido ao processo de recuperação, obtiver média final (MF) inferior a 5,0 (cinco) ou não atinge a frequência mínima de 75% em qualquer unidade curricular, cursa novamente a mesma em outra oportunidade, uma vez que, não atendeu os padrões mínimos para aprovação.

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Vem crescendo significativamente, nos últimos anos, a atuação das empresas de forma a considerar sua responsabilidade social. Uma IES pode contribuir significativamente para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis, o que requer uma visão global de todas os seus setores, numa ação que envolve princípios éticos, desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de conhecimento de forma responsável, bem como à formação de profissionais cidadãos, igualmente conscientes e corresponsáveis pelas transformações sociais necessárias para o entorno institucional.

O papel da responsabilidade social em uma IES vai além de um roteiro estratégico previsto e programado. Passa por um compromisso com a realidade social em que está inserida e está intrínseca em cada indivíduo envolvido em seu processo e comprometido com sua proposta. Portanto, é dever de toda instituição educacional disseminar uma educação de qualidade que garanta o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua habilitação para o trabalho sustentável e socialmente responsável.

Assumindo a responsabilidade de desenvolver ações sociais, a Faculdade SENAI da Paraíba proporciona a aproximação dos saberes científicos com a preservação dos reais valores socioculturais. A instituição também é responsável pelo impacto social decorrente de suas ações, em função dos serviços ofertados, sua qualidade e abrangência.

A Faculdade SENAI da Paraíba tem, entre seus propósitos, consolidar e expandir suas práticas de responsabilidade social, destacando-se as seguintes ações:

- A realização de eventos solidários, visando colaborar com entidade de apoio a comunidades carentes e em situações de emergência social: campanhas para arrecadação de alimentos, agasalhos, água, etc.
- A participação conjunta a unidade CEP-ORC de atividades de responsabilidade social que esta última já desenvolve, em parcerias com a área empresarial, atuando com capacitação e cooperação, estimulando os discentes para a construção de projetos envolvendo produção científica e pesquisas aplicadas de impacto social.
- O estabelecimento e manutenção de parcerias com instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e outros setores da sociedade, para a realização de estágios curriculares e extracurriculares pelos estudantes, bem como para beneficiar a população em suas necessidades e demandas sociais, por meio de ações de extensão.
- A promoção, periódica, de ações sociais de extensão nas comunidades do entorno institucional e municípios circunvizinhos, com o objetivo de identificar as necessidades da população menos favorecida e contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida;
- A realização de programas que visem o desenvolvimento comunitário e a solidariedade na prestação de serviços à comunidade, com a participação direta de seus alunos, de modo a estimular o exercício da cidadania desde o processo de formação acadêmica dos graduandos;
- A FSP realizou no segundo semestre de 2017.1 o projeto " Playgramação" para alunos do curso fundamental em parceria com uma Escola Municipal do bairro das Indústrias, onde está localizada a faculdade. Os resultados foram extremamente

significativos tanto para os alunos da escola tanto para os docentes e discentes envolvidos. Novas edições do projeto serão implementadas a cada ano.

Também está prevista a promoção do Dia da Responsabilidade Social, visando incentivar docentes, discentes e colaboradores para as questões sociais e o papel de cada um na sociedade.

3.1. Desenvolvimento Econômico e Social

A Faculdade SENAI da Paraíba propõem-se a estabelecer relações junto aos diversos segmentos socioeconômicos regionais, tendo em vista a ampliação e interação institucional nos processos de desenvolvimento regional, por meio da participação, envolvimento e comprometimento com ações conjugadas com órgãos e instituições afins.

Desse modo, buscará contribuir para o desenvolvimento econômico e social, visando responder às necessidades das indústrias e da comunidade, levando em consideração:

- O nível e a extensão das qualificações realizadas para os trabalhadores e requeridas pelas empresas;
- A implementação de um sistema de formação profissional compatível com as evoluções técnicas e econômicas;
- A oferta de formação profissional em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho.

3.2. Defesa do Meio Ambiente

A Faculdade SENAI da Paraíba buscará consolidar convênios e parcerias com as instituições voltadas a questões ambientais: **IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**; **SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente**; Ministério Público e outras instituições, no intuito de

promover campanhas e ações de defesa do meio ambiente, propiciando uma melhor qualidade de vida à comunidade.

Também está prevista a integração da educação ambiental às disciplinas dos cursos ofertados, de modo transversal, contínuo e permanente, como definidas nas políticas de educação ambiental previstas na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

3.3. Defesa da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural

A IES desenvolve relações e parcerias com instituições que promovam ações com o objetivo de resgate da memória cultural, da produção artística e da preservação e valorização do patrimônio cultural, cujos elementos influenciam, de forma significativa, a qualidade de vida, a cultura, a organização espacial e os componentes instrumentais artísticos da sociedade na qual a instituição está inserida.

De maneira semelhante ao tema de defesa do meio ambiente, a FSP busca consolidar convênios e parcerias com instituições voltadas à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, como o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como com outros órgãos correlatos, de abrangência municipal, estadual e nacional.

4. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação social é um campo do conhecimento acadêmico que estuda a comunicação humana e as questões que envolvem a interação entre os sujeitos em sociedade. Lida com as técnicas de transmissão da informação, o formato com que esta é transmitida e os impactos que a mesma tem na sociedade, assim como a relação entre os sujeitos em uma situação comunicativa.

4.1. Comunicação Interna

A comunicação Interna é a interação entre os processos e trocas de informações e relacionamentos dentro de uma empresa ou instituição. Ela é responsável por fazer circular

as informações e o conhecimento de forma eficaz, rápida e recíproca. A IES utiliza para disseminar as informações pertinentes aos processos institucionais, os seguintes mecanismos:

- Oral: face-a-face, por telefone, discursos, reuniões;
- Escritos: cartas, relatórios, ofícios, memorandos, pareceres, folhetos, quadro informativo;
- Comunicação eletrônica: correio eletrônico (e-mail) e intranet.

4.2. Comunicação Externa

A comunicação externa é utilizada para oferecer ao seu público-alvo e à comunidade em geral, subsídios e informações que contribuam para construir uma imagem positiva da instituição, que precisa estar alicerçada na realidade, representada por um bom serviço educacional, atendimento digno e qualidade nos seus processos.

O trabalho de comunicação externa está entre as ferramentas mais indicadas para estreitar as relações instituição-público. Ela contribui para a eficácia organizacional e corporativa, na medida em que contribui para alcançar os objetivos da IES e sua missão.

As atividades de comunicação externa se dão principalmente, por meio da página da faculdade no endereço www.faculdadesenaidaparaiba.com.br e nas Redes Sociais a exemplo do Facebook e Instagram, cujas informações são de responsabilidade de setores da FSP e da Mantenedora.

4.3. Ouvidoria

O papel principal da ouvidoria é o acolhimento e tratamento das manifestações recebidas nas mais diferentes formas: por telefone, contato pelo sítio eletrônico, por e-mail e pessoalmente. É sua função registrar, encaminhar, investigar, cobrar soluções e sugerir melhorias sobre os procedimentos e práticas da instituição.

A ouvidoria da Faculdade SENAI da Paraíba está prevista no seu organograma. No caso do aluno, recomendar-se-á que procure a ouvidoria somente quando já houver acionado as outras instâncias formais responsáveis, como a coordenação de seu curso, e ainda não tiver obtido nenhuma resposta, posicionamento ou solução para o seu caso.

Uma das principais funções da ouvidoria é a de possibilitar a prevenção e mediação de conflitos, com base, entre outros, nos princípios da ética, da transparência, da moralidade, da eficiência, da igualdade, da confiança, da economicidade, da celeridade e da boa-fé.

A ouvidoria está inserida, no organograma institucional, como órgão consultivo ligado diretamente à Diretoria Geral da FSP.

5. CORPO SOCIAL

A Faculdade SENAI da Paraíba, comprometida com sua missão institucional de "... promover a educação superior profissional e tecnológica, de forma integrada com a sociedade, visando à formação de indivíduos com sólida base científica, tecnológica e humanística, comprometidos com o desenvolvimento econômico sustentável, a inovação e a diminuição das desigualdades sociais", tem no seu corpos docente e técnico-administrativo a base para o alcance das finalidades e objetivos da Instituição.

5.1. Corpo docente

O corpo docente apresenta um perfil adequado à promoção do processo de aprendizagem, contribuindo para adoção de uma atitude transformadora, que abrange o campo técnico-tecnológico, o pedagógico e o da cultura.

5.1.1. Requisitos de Titulação do Corpo Docente

O perfil desejável do corpo docente da FSP está descrito no projeto pedagógico de cada curso de graduação, sendo que, no mínimo 50% (cinquenta por cento) deste deve possuir titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, será constituído, também, por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

5.1.2. Experiência e Titulação do Corpo Docente no Magistério Superior

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade SENAI da Paraíba deve ser constituído, preferencialmente, por docentes com experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica na área do curso que, somadas, sejam de, no mínimo, 3 anos.

O corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu* deve ser constituído por docentes com experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica que, somadas, sejam de, no mínimo, 5 anos.

Os docentes que trabalham com atividades de extensão devem ter experiência no magistério superior e experiência profissional compatível com a descrição dos projetos pedagógicos dos cursos.

5.1.3. Critérios de Seleção e Contratação

O processo de seleção e contratação de docentes para os cursos de graduação ocorrerá em conformidade com a Resolução nº 374/2009- SENAI - Conselho Nacional, e obedecerá aos princípios da moralidade e da transparência. Toda contratação será precedido de processo seletivo, onde as fases do processo e os critérios de seleção e de contratação serão amplamente divulgados. O processo está descrito em regulamento próprio, que contempla a análise de currículo, a comprovação de titulação e entrevista.

5.1.4. Políticas de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Profissional do Corpo Docente

A Faculdade SENAI da Paraíba disponibiliza aos seus colaboradores regime de trabalho adequado às demandas educacionais, além de um Plano de Cargos e Salários para Docentes do Ensino Superior e oportunidades de qualificação segundo sua área de atuação.

Os docentes da FSP são contratados nos regimes de trabalho de horista, tempo parcial e tempo integral.

O Plano de Cargos e Salários para Docentes do Ensino Superior apresenta em sua estrutura a definição do perfil ocupacional, atribuições, habilidades e competências,

prevendo a forma de progressão. Os enquadramentos iniciais ocorrem sempre em conformidade com as vagas disponíveis no momento da contratação.

A FSP tem sua política de qualificação docente amparada na política de pessoal, organizada no Plano de Cargos e Salários - Área Fim do SENAI-PB. Para tanto, tem ao seu dispor, orçamento próprio para assegurar o desenvolvimento dos docentes por meio de participação em feiras, seminários, cursos de curta, média e longa duração, e demais eventos ligados à área de atuação de interesse da Faculdade.

No ano de 2017, os alunos iniciaram a participação em eventos de cunho científico tecnológico para apresentar trabalhos desenvolvidos no âmbito da Instituição.

5.1.5. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro

A substituição eventual de docentes da FSP ocorre por meio de processo seletivo, cujos critérios estão descritos em regulamento próprio. Destaca-se, porém, que o docente substituído deverá ter, no mínimo, a máxima titulação do docente substituído.

5.1.6. Cronograma de Expansão do Corpo Docente, Considerando o Período de Vigência do PDI.

O corpo docente da FSP sofrerá expansão à medida que os novos cursos da Faculdade, como previstos neste PDI, sejam estruturados, autorizados e ofertados.

5.2. Corpo Técnico-Administrativo

5.2.1. Requisitos de Titulação e Contratação do Corpo Técnico-administrativo

A contratação dos técnico-administrativos ocorre por meio de processo seletivo realizado pelo SENAI-PB, que divulga em jornais e no *site* institucional, os procedimentos, e critérios de seleção e contratação. Fazem parte desse processo: a comprovação de formação requerida pelo cargo técnico, com destaque para a titularidade acadêmica; a experiência profissional; e a realização de entrevista técnica.

5.2.2. Políticas de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Profissional do Corpo Técnico-administrativo

A FSP disponibiliza, aos seus colaboradores, regime de trabalho adequado ao funcionamento da mesma, enquadramento no Plano de Cargos e Salários do SENAI-PB e oportunidades de qualificação segundo sua área de atuação.

O estímulo ao autodesenvolvimento dos colaboradores é uma das políticas institucionais que balizam a dinâmica da Instituição. Esse é um dos itens contemplados no Plano de Ação Anual, que apresenta, dentre as suas metas, a oportunidade de qualificação para o corpo técnico-administrativo, harmonizando a demanda pessoal com a institucional, segundo o Plano de Carreira do SENAI-PB.

Para tanto, a FSP tem ao seu dispor orçamento próprio, para assegurar o desenvolvimento de técnico-administrativos por meio de participação em feiras, seminários, cursos e demais eventos ligados à área de atuação de interesse da Faculdade.

5.2.3. Procedimentos para Substituição Eventual de Técnico-administrativos

A substituição de profissionais do corpo técnico-administrativo da FSP ocorre por meio de processo seletivo onde se destaca que o profissional a ser contratado deverá ter a mesma titulação que o colaborador substituído.

5.2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo, Considerando o Período de Vigência do PDI.

O corpo técnico-administrativo está estruturado em conformidade com a implantação e a autorização progressiva de cursos de graduação e a oferta de cursos de pós-graduação. O número de colaboradores será ampliado em função de novos cursos, novas atividades e aumento do número de alunos, ou sempre que se mostrar necessário para o bom funcionamento dos serviços técnicos e administrativos.

6. GESTÃO INSTITUCIONAL

6.1. Introdução

A estrutura organizacional da Faculdade SENAI da Paraíba é composta por órgãos que são responsáveis pela garantia da qualidade do processo educacional, bem como o atendimento às demandas da comunidade acadêmica e industrial, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e administrativo. As atribuições dos seus órgãos estão definidas no Regimento da Faculdade, reproduzidas nos subitens a seguir.

6.2. Organização Institucional

A organização institucional da Faculdade SENAI da Paraíba deve garantir o cumprimento das finalidades previstas no regimento da FSP bem como, o alinhamento às diretrizes legais e estratégicas do SENAI- PB. As atribuições de seus órgãos estão definidas no regimento da FSP.

A estrutura organizacional da FSP está representada no organograma apresentado na Figura 9: As instâncias que fazem parte da estrutura organizacional da FSP, incluindo suas competências, são descritas a seguir.

A Administração da FSP é exercida, em suas respectivas instâncias, por órgãos executivos, consultivos, normativos, deliberativos, de assessoramento, executivos suplementares e representativos. São eles:

I- Órgão Executivo:

- a) Diretoria;

II- Órgão Consultivo e Normativo:

- a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

III- Órgão Avaliativo Autônomo:

- a) Comissão Própria de Avaliação – CPA.

IV- Órgãos de Assessoramento:

- a) Coordenação Acadêmica;
- b) Coordenação Administrativo-Financeira;
- c) Coordenação de Pós-Graduação e Extensão;
- d) Ouvidoria.

V- Órgãos Executivos Suplementares:

- a) Coordenações de Cursos;
- c) Secretaria Acadêmica;
- d) Biblioteca;
- e) Núcleo de Apoio ao Discente.

VI- Órgãos Representativos dos Cursos:

- a) Colegiados de Cursos;
- b) Núcleos Docentes Estruturantes;
- c) Diretórios Acadêmicos.

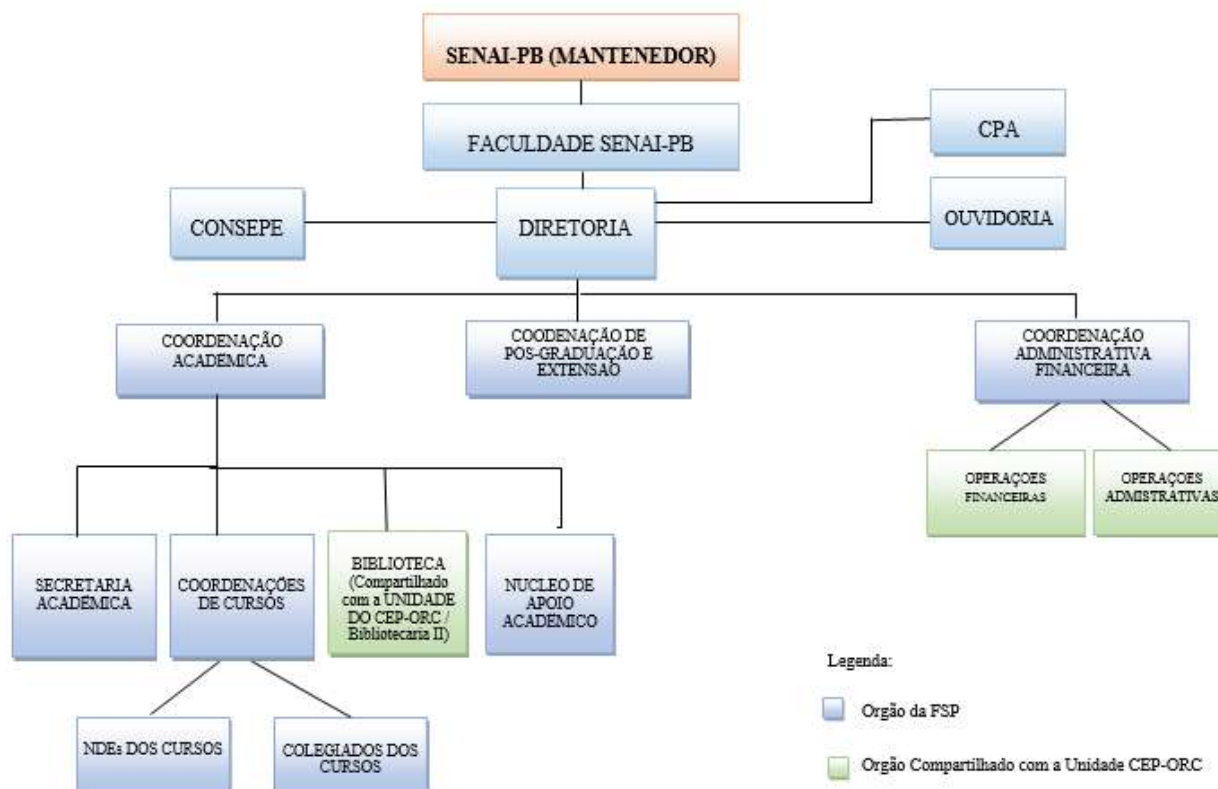


Figura 9: O Organograma da Faculdade SENAI da Paraíba

6.2.1. Direção

A Direção é exercida por um(a) diretor(a) nomeado(a) pelo(a) Diretor(a) Regional da mantenedora, com mandato por prazo determinado em Portaria, sendo responsável pelo planejamento, organização, comando, controle e avaliação administrativa e pedagógica. A ele(a) compete:

- representar a Instituição junto à sociedade e aos órgãos oficiais;
- zelar pela fiel observância da legislação do ensino superior, deste Regimento e das normas complementares emanadas dos órgãos colegiados da Instituição;
- deliberar e fazer executar as normas e decisões do CONSEPE, de órgãos e de autoridades a que estiver subordinado;
- supervisionar as atividades das coordenações diretamente subordinadas;
- conferir graus, presidir solenidades de formatura e demais atos representativos;
- elaborar o Orçamento Anual, submetendo-o à aprovação da Mantenedora;
- designar, nomear e exonerar os coordenadores, submetendo-os aos processos administrativos cabíveis, no âmbito da Mantenedora;
- supervisionar o cumprimento das metas e objetivos atribuídos às coordenações, tomando providências cabíveis para o alcance da missão institucional;
- propor ao CONSEPE a criação, incorporação, suspensão, alteração de vagas e fechamento de cursos;
- autorizar, mediante parecer dos respectivos colegiados de curso, alterações nos projetos pedagógicos dos cursos;
- encaminhar à mantenedora, para apreciação, projetos e programas que excedam a dotação orçamentária prevista para o exercício financeiro da IES;
- instituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com a finalidade específica de implementação das ações educacionais, respeitando as políticas e diretrizes institucionais;
- baixar portarias, atos normativos, ordens de serviço e comunicados, no âmbito da IES;
- aprovar o calendário letivo das atividades acadêmicas;
- firmar acordos, convênios, e planos de cooperação técnico-científico;
- definir a aplicação de medidas disciplinares, no âmbito da IES;
- disseminar experiências bem sucedidas para as demais instituições de ensino vinculadas à mantenedora; decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, "*ad referendum*" do CONSEPE;
- propor ao CONSEPE a concessão de títulos honoríficos e de prêmios.

6.2.2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE é formado pelo(a) Diretor(a) da FSP, seu membro nato; por um representante da mantenedora; por um representante do corpo técnico-administrativo; por um representante do corpo docente; por um representante dos coordenadores de curso; por um representante do corpo discente; por um representante de entidades sindicais filiadas à Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB); e por um integrante da Comissão Própria de Avaliação.

A presidência do CONSEPE é exercida pelo(a) Diretor(a) da faculdade. Os membros também serão escolhidos pelo(a) Diretor(a) da FSP, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Compete ao CONSEPE:

- Exercer o papel de instância superior consultiva, normativa e recursal da FSP, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação;
- Aprovar alterações e emendas no Regimento da FSP, submetendo-as à apreciação da Mantenedora;
- Aprovar alterações no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FSP, submetendo-as à apreciação da mantenedora;
- Aprovar normas específicas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, à luz das políticas e diretrizes emanadas pelos órgãos competentes e pela mantenedora;
- Propor, à mantenedora, a criação, incorporação, suspensão, alteração de vagas e fechamento de cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar a concessão de títulos honoríficos; analisar os casos omissos do regimento, no âmbito da autonomia da mantida.

Os procedimentos normativos e operacionais internos do CONSEPE serão regulamentados por meio de documento específico.

6.2.3. A Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é órgão autônomo, responsável pela condução dos processos de autoavaliação institucional e acompanhamento das avaliações externas da Instituição, dos cursos e dos estudantes, realizadas pelo SINAES e pelos órgãos regulatórios do Ministério da Educação. A CPA será constituída por 1 representante

do corpo técnico-administrativo; 1 (um) representante do corpo docente; 1 (um) representante dos coordenadores e 1 (um) representante do corpo discente. A CPA rege-se por regulamento próprio. Compete À CPA:

- Elaborar o projeto de autoavaliação da Instituição;
- Coordenar e articular os processos de avaliação interna;
- Sistematizar e prestar informações relativas ao Censo da Educação Superior, solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES);
- Elaborar e analisar relatórios e pareceres das avaliações, encaminhando-os às instâncias competentes; desenvolver estudos e análises visando o fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição e dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE;
- Fomentar a produção e socialização do conhecimento, na área de avaliação institucional;
- Disseminar, permanentemente, informações sobre as avaliações institucionais, de cursos e dos estudantes;
- Acompanhar, permanentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional e apresentar sugestões, subsidiando o planejamento estratégico da FSP;
- Realizar avaliações periódicas dos Projeto Pedagógico dos Cursos, encaminhando os resultados para os NDE's, para análises e realização de possíveis melhorias.

6.2.4. Coordenação Acadêmica

A Coordenação Acadêmica tem como finalidade operacionalizar a regulação e o controle das práticas acadêmicas, no âmbito da IES.

Compete à Coordenação Acadêmica:

- Cumprir e fazer cumprir as disposições previstas no Regimento da FSP, assim como as normas emanadas dos órgãos consultivos, deliberativos e executivos;
- Colaborar com a Diretoria na elaboração de diretrizes acadêmicas, bem como na fiscalização de seu cumprimento;

- Orientar, coordenar e supervisionar a concepção, o planejamento e a execução das atividades acadêmicas dos coordenadores de curso, da Secretaria Acadêmica e da Biblioteca;
- Sugerir, anualmente, o calendário letivo das atividades de ensino da IES;
- Exercer a supervisão da matrícula, da rematrícula e da confirmação de continuidade de estudos semestrais dos alunos da graduação, da pós-graduação e dos cursos de extensão;
- Planejar, supervisionar e avaliar os programas e as atividades acadêmicas relativas à extensão, à pesquisa e à inovação;
- Deferir ou indeferir requerimentos de cunho acadêmico, submetendo-os à homologação da Direção;
- Acompanhar e avaliar, por meio das Coordenações e Colegiados de Curso, a execução dos projetos pedagógicos dos cursos, homologando solicitações de alterações a serem submetidas à Direção; convocar reuniões com as coordenações, elaborando a pauta dos trabalhos, registrando-os em ata e zelando pela regularidade de realização das mesmas;
- Supervisionar as ações das coordenações de cursos, em relação às faltas, atrasos ou condutas de professores não condizentes com as diretrizes acadêmicas e com este Regimento;
- Garantir que os cursos atendam às Diretrizes Curriculares Nacionais, em todos os aspectos, incluindo atividades complementares, estágios e TCC;
- Assegurar que a legislação de ensino, bem como diretrizes e prazos definidos pelo Ministério da Educação, sejam cumpridos;
- Acompanhar os processos institucionais em tramitação no e-MEC, fornecendo as informações necessárias para uma adequada tramitação;
- Manter atualizados, no sistema e-MEC, com apoio das Coordenações de Cursos, os dados da instituição, dos cursos e do corpo docente; exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelos órgãos superiores da IES.

6.2.5. Coordenação Administrativo-Financeira

A Coordenação Administrativo-Financeira tem por finalidade gerir os recursos financeiros, humanos e materiais, visando fornecer à Direção da faculdade informações

gerenciais necessárias para a tomada de decisão. À Coordenação Administrativo-Financeira compete:

- Controlar as atividades inerentes à administração de materiais, bens móveis e imóveis e serviços gerais, no âmbito da Instituição;
- Manter o registro e controle de frequência dos funcionários, estagiários e aprendizes;
- Coordenar e controlar as atividades referentes à aquisição de bens e serviços;
- Coordenar e controlar a logística da unidade de ensino; supervisionar obras de engenharia, responsabilizando-se pela manutenção da infraestrutura posta à disposição da FSP pela mantenedora;
- Coordenar e controlar o estoque de materiais de uso cotidiano; coordenar e controlar os serviços de segurança, conservação e limpeza; controlar o registro de contas a receber e contas a pagar, no âmbito da faculdade;
- Coordenar as atividades de cobrança de contas a receber não pagas;
- Efetuar pagamentos autorizados pela Direção; prestar contas, à Direção, do fluxo de caixa, confrontando-o com a movimentação do sistema gerencial acadêmico e com os pagamentos realizados;
- Apresentar à Direção da FSP, proposta de orçamento anual;
- Apresentar à Direção da FSP, relatório semestral das atividades.

6.2.6. Ouvidoria

A Ouvidoria tem como finalidade ser elo entre a comunidade acadêmica, interna e externa, e as instâncias administrativas da faculdade. Compete à Ouvidoria:

- Receber demandas, reclamações, sugestões, denúncias, divulgações,
- Receber consultas, agradecimentos e elogios, provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;
- Encaminhar prontamente as solicitações, às unidades envolvidas, para que possam: no caso de reclamações: explicar o fato, corrigi-lo ou não reconhecê-lo como verdadeiro; no caso de sugestões: estudá-las, adotá-las, ou justificar a impossibilidade de sua adoção; no caso de denúncias: apurar os fatos, tomar as medidas cabíveis ou não reconhecê-los como verdadeiros; no caso de divulgações, aceitá-las ou recusá-las, no caso de consultas: responder às questões dos

solicitantes, no caso de agradecimentos e elogios: conhecer os aspectos positivos e admirados do trabalho;

- Transmitir aos solicitantes, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do contato, as posições das unidades envolvidas;
- Acompanhar o andamento das solicitações, verificando o cumprimento do prazo estabelecido para sua resposta, fazendo constar no relatório semestral os casos atendidos ou não;
- Registrar todas as solicitações encaminhadas e as respostas oferecidas aos usuários;
- Encaminhar, semestralmente, à Direção e à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES, relatório de suas atividades, destacando estatísticas pertinentes, omitindo os nomes e os dados dos usuários;
- Manter permanentemente atualizadas as informações e estatísticas sobre as atividades desenvolvidas;
- Identificar e sugerir, às instâncias administrativas, medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição.

6.2.7. Coordenação de Pós-Graduação e Extensão (CPE)

A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (CPE) é a unidade acadêmico-administrativa que trata das atividades relacionadas aos cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, à realização de pesquisa e às atividades e cursos de extensão, observadas as especificidades e dispositivos regulatórios pertinentes. A CPE tem as seguintes atribuições:

- Executar atividades administrativas relacionadas à área de pós-graduação, pesquisa e extensão;
- Supervisionar as atividades acadêmicas relacionadas à área de pós graduação e extensão;
- Opinar sobre a implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, como também sobre as atividades de extensão e de pesquisa propostas;
- Emitir pareceres sobre problemas pertinentes ao funcionamento dos programas e cursos de pós-graduação;
- Colaborar com a política de capacitação e qualificação dos docentes e técnico-administrativos da faculdade;

- Propor medidas que favoreçam a expansão do ensino de pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa e da extensão no âmbito da faculdade;
- Protocolar, junto à CAPES, pedidos de autorização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, homologar os títulos de Especialista, Mestre e Doutor, apresentados pelos docentes e técnico-administrativos, para fins de progressão no plano de cargos e carreira, no que couber;
- Homologar documentação relativa a atividades acadêmicas de extensão, realizadas pelos docentes e técnico-administrativos, para fins de progressão no plano de cargos e carreira, no que couber;
- Homologar documentação relativa a atividades acadêmicas de extensão, realizadas pelos alunos, para fins de utilização como atividades complementares; homologar o processo de seleção de professores para cursos dos programas de pós-graduação;
- Auxiliar os núcleos e grupos de pesquisa nos assuntos relativos à coordenação e financiamento de pesquisas;
- Incentivar a pesquisa multi e interdisciplinar, criando condições para o intercâmbio entre diferentes áreas de conhecimento e entre grupos de pesquisa desta e de outras faculdades, instituições universitárias, industriais, comerciais e comunitárias;
- Encaminhar dissertações, teses e exames de qualificação dos alunos da pós-graduação, para as bancas examinadoras recomendadas pelas respectivas coordenações;
- Avaliar a execução dos cursos de pós-graduação de sua competência, conforme projetos pedagógicos;
- Avaliar a atuação dos docentes da pós-graduação, em conjunto com a CPA, observando se os mesmos estão cumprindo as exigências mínimas de produção científica e tecnológica, orientação de monografias e atividades de ensino;
- Aprovar processos de transferência de alunos, aproveitamento e revalidação de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação;
- Participar da realização de processos seletivos para ingresso de alunos nos cursos *lato* e *stricto sensu*, de aperfeiçoamento e de extensão;
- Opinar sobre a reformulação ou extinção de programas e cursos de pós-graduação;
- Zelar pela fiel execução deste regimento e da legislação pertinente, no que diz respeito à pós-graduação, pesquisa e extensão.

6.2.8. Coordenações de Cursos

As Coordenações de Cursos são órgãos que têm por finalidade realizar a gestão didático-pedagógica dos cursos, interagindo com seus professores e alunos. A uma coordenação de curso compete:

- Atender e orientar o corpo discente e docente em assuntos de sua competência;
- Convocar e presidir reuniões periódicas com os professores do curso, previstas no calendário acadêmico, para avaliação do andamento das atividades acadêmicas, bem como para a aplicação dos recursos disponíveis e integração dos professores com as turmas;
- Acompanhar a elaboração dos instrumentos de avaliação de ensino e da aprendizagem, o preenchimento dos diários de classe por parte dos professores, verificando o desenvolvimento do plano de curso;
- Acompanhar o processo de revisão da correção de avaliações (provas e trabalhos), solicitado por alunos;
- Controlar a frequência docente, apurando as causas de ausências sistemáticas, aplicando as providências cabíveis e previstas pela legislação;
- Participar, quando convocado, das atividades de elaboração de projetos de novos cursos; avaliar os recursos de infraestrutura, equipamentos e os recursos didático-pedagógicos, conjuntamente com os professores e com outras coordenações;
- Elaborar os horários das turmas e realizar a alocação dos professores, bem como encaminhar as indicações das referências bibliográficas apresentadas pelos professores do curso, validando-as;
- Indicar a contratação ou afastamento de pessoal docente, em consonância com os padrões de qualidade apontados para os cursos;
- Propor modificações e medidas que visem a expansão e o aprimoramento das atividades de ensino;
- Acompanhar a implantação do currículo e demais requisitos pertinentes ao curso;
- Apresentar, à Direção da FSP, relatórios periódicos relativos às avaliações dos docentes, promovendo o acompanhamento e tomando medidas necessárias para a manutenção da qualidade de ensino;
- Fiscalizar o cumprimento do calendário acadêmico, bem como dos demais planos de trabalho da coordenação;
- Propor ações institucionais para a redução da evasão e da retenção;
- Acompanhar o desempenho docente nas atividades de ensino e aprendizagem;

- Acompanhar os discentes, juntamente com a coordenação pedagógica, com vistas à melhoria de seu desempenho no processo de aprendizagem;
- Disseminar experiências acadêmicas bem sucedidas para as demais instituições vinculadas à mantenedora;
- Apresentar o relatório semestral das atividades realizadas no seu setor;
- Elaborar plano de atividades semestrais do seu curso, apresentando-o à Direção;
- Apresentar à Direção proposta de orçamento anual relativo à sua coordenação.

6.2.9. Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o órgão que operacionaliza todas as atividades ligadas à vida acadêmica do aluno, desde seu ingresso em um dos cursos até a sua conclusão. À Secretaria Acadêmica compete:

- Gerenciar os processos de matrícula dos cursos;
- Manter atualizados e devidamente protegidos os registros acadêmicos dos alunos;
- Efetivar os pedidos de transferências entre cursos, turnos e unidades de ensino, condicionados a pareceres favoráveis das respectivas coordenações de curso e da Direção da FSP, respeitando o calendário acadêmico;
- Manter o registro das atividades acadêmicas (calendários, editais, planos de ensino, atas, entre outros);
- Expedir declarações e certidões, no âmbito de sua competência;
- Divulgar informações inerentes às suas atividades;
- Manter a guarda dos documentos referentes à legislação educacional, regimentos, regulamentos e livros de escrituração de natureza acadêmica;
- Expedir toda a correspondência oficial do estabelecimento referente à vida acadêmica dos alunos;
- Coordenar as atividades do censo da educação superior, juntamente com a CPA;
- Emitir históricos acadêmicos;
- Emitir diplomas e certificados, providenciando seu devido registro, conforme definido na legislação;
- Assinar nome sobtoposto, nos históricos, certificados e diplomas, com o(a) Diretor(a) da FSP;
- Controlar o Arquivo Geral da IES;

- Apresentar relatório semestral das atividades realizadas no seu setor à Direção da FSP, assim como a proposta de Orçamento Anual relativo ao seu setor.

6.2.10. Biblioteca

A biblioteca é o órgão de apoio especializado para o uso de acervo bibliográfico pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo, composta pelos seguintes setores: Catalogação e Atendimento ao Usuário. As atividades da biblioteca serão exercidas por profissional formado em Biblioteconomia, devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia. À Biblioteca compete:

- Organizar e manter o acervo de livros, revistas, periódicos, documentos e outros materiais pertinentes ao setor;
- Realizar o levantamento das necessidades de livros, periódicos e outras publicações, visando equipar a biblioteca para atender, de forma consistente, às referências bibliográficas constantes dos projetos de cursos;
- Executar o preparo técnico do material sob sua responsabilidade; assegurar a atualização do acervo da biblioteca e a sua divulgação no âmbito da Instituição;
- Solicitar assinaturas e renovações de assinaturas de periódicos, revistas e jornais;
- Dar suporte aos professores, definindo estratégias que facilitem a seleção e o emprego de materiais bibliográficos condizentes com os projetos dos cursos;
- Manter uma articulação constante com as coordenações de cursos, para captar e levantar necessidades de adequação e de atualização do acervo;
- Elaborar o regulamento e as normas de serviços e submetê-los aos órgãos competentes;
- Oferecer um horário de atendimento que esteja em concordância com os horários de funcionamento dos cursos e demais áreas da Instituição;
- Apresentar relatório semestral das atividades realizadas no seu setor; apresentar proposta de orçamento anual à Direção, relativa ao seu setor.

6.2.11. Núcleo de Apoio Acadêmico (NAA)

O Núcleo de Apoio Acadêmico - NAA é um órgão com atribuições didático-pedagógicas, que tem a finalidade de integrar os espaços institucionais, por meio da

informação, da orientação, do aconselhamento e, principalmente, da atenção às inúmeras questões que envolvem o mundo acadêmico, desenvolvendo ações de apoio ao corpo discente e docente, com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, das relações intra e interpessoais, integrando a formação acadêmica com a realidade social e o mundo do trabalho. O NAA tem as seguintes atribuições:

Junto ao corpo Discente:

- Identificar problemas técnico-pedagógicos dos discentes e auxiliar na busca de soluções;
- Realizar acompanhamento pedagógico e psicossocial dos discentes, por meio de programas de apoio e suporte à aprendizagem;
- Desenvolver juntamente com as coordenações de cursos, atividades de nivelamento para alunos regulares, com o objetivo de garantir o adequado desempenho dos discentes nas disciplinas e atividades regulares dos cursos;
- Apoio específico aos discentes na sua dificuldade pessoal e interpessoal.
- Desenvolver ações de acompanhamento de egressos e de sua empregabilidade, fortalecendo a ponte entre a faculdade e o mercado de trabalho e fornecendo subsídios para a melhoria dos currículos ofertados;

Junto ao Corpo Docente:

- Contribuir para a permanente qualificação do corpo docente, no que diz respeito à capacitação para a utilização de práticas pedagógicas inovadoras e adequadas para o perfil do corpo discente;
- Ouvir e apoiar os anseios e planejamentos docentes para realização de atividades acadêmicas integrativas e inovadoras, no âmbito interno ou externo da faculdade.

Junto a Instituição:

- Articular-se com a Comissão Própria de Avaliação, nos processos avaliativos institucionais, de cursos e de estudantes, inclusive para mensurar as informações e trabalhar melhorias com os dados encontrados.
- Facilitar e simplificar ao máximo o acesso de todos ao serviço prestado.
- Manter em ordem o sistema de registro, comunicação, encaminhamentos e relatórios sobre o andamento do Núcleo de Apoio Acadêmico.

6.2.12. Colegiados de Cursos

O Colegiado de Curso é um órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa, responsável pelo assessoramento à coordenação do curso na análise de solicitações diversas dos corpos discente e docente. É constituído pelos seguintes membros: Coordenador do Curso, que preside o colegiado; coordenador adjunto do curso, quando houver; quatro representantes do corpo docente; e dois representantes do corpo discente.

Os membros do colegiado serão nomeados pelo(a) Diretor(a) da FSP, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos. São atribuições do Colegiado de Curso:

- Analisar e avaliar o currículo do curso, juntamente com o NDE, bem como oferecer parecer quanto a alterações sugeridas por este Núcleo;
- Fixar normas para a realização de atividades interdisciplinares, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica; deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- Opinar sobre pedidos de afastamento de professores, para capacitação;
- Deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos e de disciplinas cursadas, pelos discentes, em outros cursos e instituições;
- Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões dos coordenadores dos cursos.

6.2.13. Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's)

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) são órgãos consultivos responsáveis pela concepção, acompanhamento e atualização dos projetos pedagógicos, bem como pelo desenvolvimento curricular dos cursos de graduação. Os NDE's, de acordo com a legislação vigente, possuem regulamento próprio e autonomia para execução de suas atividades, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

O NDE de cada um dos cursos é constituído pelos seguintes membros: O Coordenador do Curso, que o preside; Pelo menos 30% do corpo docente atuante no curso, desde que este número nunca seja inferior a 5 (cinco) docentes. Os membros dos NDE's serão nomeados pelo(a) Diretor(a) da FSP, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos. As constituições dos NDE's obedecerão à legislação em vigor, incluindo a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, e outras que a sucederem.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- Definir o perfil profissional do egresso do curso, contribuindo para a sua consolidação;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas;
- Acompanhar as atividades didático-pedagógicas realizadas no curso, emitindo pareceres sobre sua pertinência e efetividade;
- Definir parâmetros para seleção dos conteúdos ministrados nos respectivos cursos, bem como para a elaboração dos currículos.

6.2.15. Diretórios Acadêmicos

Os estudantes dos cursos de graduação da FSP poderão organizar-se livremente em D.A's (Diretórios Acadêmicos), órgãos autônomos e independentes, constituídos

conforme a legislação vigente e que terão suas finalidades e objetivos emanados por um regimento próprio, sempre em consonância com este Regimento.

O exercício de quaisquer funções nos D.A's não dispensa o estudante do cumprimento dos seus deveres acadêmicos, inclusive da exigência de frequência às atividades acadêmicas do curso. A Instituição não terá qualquer responsabilidade, quer financeira ou administrativa, sobre os atos praticados pelos D.A's.

É vedado aos D.A's: qualquer ação ou manifestação que comprometa o bom funcionamento das atividades acadêmicas; qualquer ação que vá de encontro às normas regimentais, ao manual do aluno, aos interesses da Instituição e, conseqüentemente, da comunidade acadêmica.

6.3. Autonomia da IES em Relação à Mantenedora

A Faculdade SENAI da Paraíba é mantida pelo Departamento Regional da Paraíba do Serviço Nacional da Aprendizagem da Indústria tendo assegurada sua autonomia didático-pedagógica, expressa na constituição dos órgãos de sua estrutura organizacional cujas atribuições e competências encontram-se definidas no Regimento da faculdade.

A Faculdade tem assegurado pela Mantenedora os meios adequados ao funcionamento de suas atividades em conformidade com seu Plano de Desenvolvimento Institucional, os projetos pedagógicos dos cursos e o Plano de Ação Anual da FSP. Para tanto, a FSP trabalha ativamente com a avaliação conjunta do processo educativo, o planejamento estratégico e o plano de metas de cada setor.

A mantenedora é responsável pela Faculdade perante as autoridades públicas e ao público em geral, cabendo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei e do regimento da faculdade, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente assim como a autoridade dos órgãos deliberativos e consultivos da Faculdade SENAI da Paraíba.

6.4. Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

A Faculdade SENAI da Paraíba relaciona-se com a comunidade, as instituições e empresas por meio de diversos mecanismos de articulação visando a expansão e o desenvolvimento das suas ações institucionais e pedagógicas. As ações desenvolvidas que fortalecem a FSP junto a comunidade e as empresas são:

- Assinatura de termos de cooperação com empresas;
- Articulação com o setor industrial visando identificar oportunidades para os egressos da faculdade;
- Realização de Visitas Técnicas às empresas;
- Participação em eventos municipais, regionais, nacionais e internacionais para divulgação das ações da faculdade;
- Submissão de projetos elaborados junto com empresas a editais de interesse mútuo;
- Realização de palestras no âmbito da faculdade, por profissionais oriundos das empresas;
- Implantação de ações de extensão planejadas e implementadas de acordo com o Plano de Ação Anual da FSP.
- Assinatura de termos de cooperação técnica com instituições nacionais e internacionais;

7 INFRAESTRUTURA DA FACULDADE SENAI DA PARAÍBA

A Faculdade SENAI da Paraíba conta para realização de suas ações, de prédio próprio com salas de aulas e laboratórios além da infraestrutura já existente no CEP-ORC e no IST de Tecnologia Têxtil e Confecções compartilhando alguns de seus ambientes.

Assim, a FSP já contará, desde o seu início de funcionamento, com vasta infraestrutura de uma unidade de ensino consolidada do SENAI-PB. Em anexo a este PDI, consta declaração da Diretora Regional do SENAI-PB, disponibilizando toda esta infraestrutura existente do CEP-ORC e do IST de Tecnologia Têxtil e Confecções para utilização pela Faculdade.

7.1 Acervo da Biblioteca

Acervo	Quantidades
Básico	933
Complementares	63
Periódicos	05

Total	1001
-------	------

7.2 Forma de Atualização e Expansão do Acervo

Devido à grande quantidade de documentos produzidos nas diversas áreas do conhecimento, torna-se impossível para qualquer biblioteca adquirir todo material de informação disponível no mercado editorial. Considerando aspectos de gestão de acervo, estrutura física da biblioteca e disponibilidade orçamentária, ficam estabelecidas as seguintes prioridades para aquisição:

- Atualização de Acervo;
- Obras que façam parte das listas bibliográficas básicas e complementares das disciplinas dos cursos de graduação, na seguinte ordem: Curso em fase de implementação e/ou em fase de reconhecimento, disciplinas novas e/ou alterações de /Currículos;
- Periódicos nacionais cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;
- Reposição de obras desaparecidas e/ou danificadas.

7.3 Horário de Funcionamento

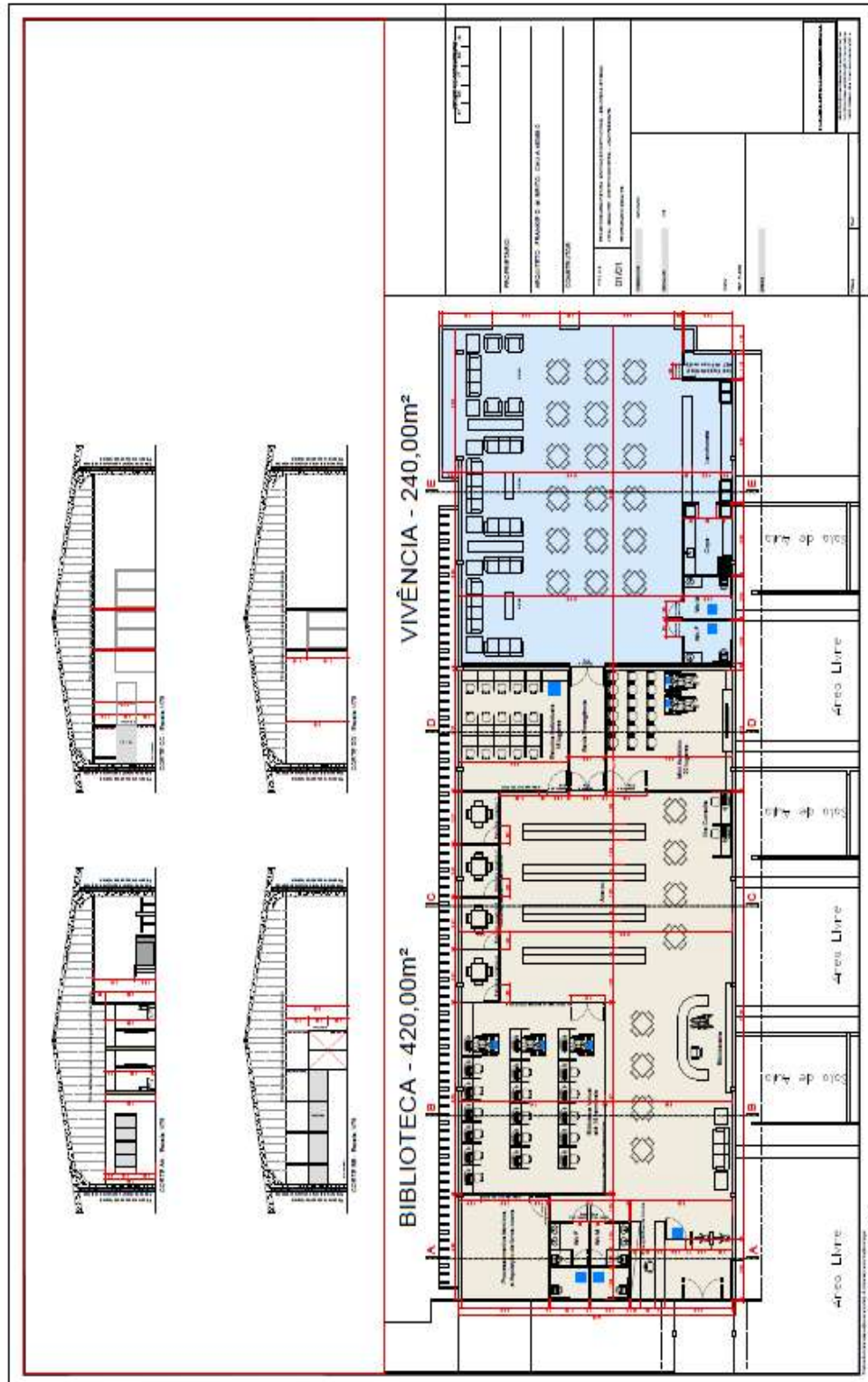
O serviço de biblioteca está disponível nos seguintes dias e horário:

DIAS	HORÁRIOS
segunda-feira à sexta-feira	13h às 22h
sábado	8h às 16h

7.4 Serviços Oferecidos

A biblioteca oferece os serviços de: catálogo online; consulta local; levantamento bibliográfico; catalogação na fonte; visita orientada; treinamento de usuários; normatização da produção intelectual, empréstimo domiciliar (serviço de reserva e renovação).

7.5 Layout da Biblioteca



8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto de autoavaliação Institucional da FSP foi proposto pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e está alicerçado na legislação federal, nos documentos internos da instituição e nos referenciais teóricos que tratam da temática da educação superior, inclusive na legislação aplicável. A CPA foi constituída segundo a filosofia de avaliação institucional proposta neste documento.

A autoavaliação ou avaliação interna integra o processo de avaliação institucional proposto pela Lei Federal nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esta proposta define as dimensões da avaliação na FSP, propõe indicadores a serem levantados e avaliados, embasados em princípios coerentemente estabelecidos a partir dos documentos oficiais da instituição, assim como apresenta cronograma de atividades a serem desenvolvidas ao longo do processo autoavaliativo, com seus respectivos encaminhamentos. A avaliação institucional da FSP se propõe a fazer um acompanhamento permanente das várias esferas da vida acadêmica, como ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Em consonância com a realidade atual, este projeto entende a avaliação como um instrumento de natureza democrática e participativa, capaz de auxiliar a Instituição e os indivíduos a concretizarem seus objetivos, garantindo um caráter de confiabilidade aos projetos propostos e em desenvolvimento. Ele nasce da intencionalidade de que haja um envolvimento de todos os segmentos internos da instituição nos processos de avaliação.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FSP compreende que a avaliação faz parte do cotidiano da instituição e dos atores nela envolvidos, pois cada um deverá ser capaz de buscar de dentro de sua atividade o que deverá ser feito para melhorar o seu desempenho e conseqüentemente o desempenho da instituição.

8.1. Justificativa

A finalidade do Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) da FSP é tornar a prática da autoavaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das ações. Pretende-se, assim, fortalecer as relações da Instituição com a sociedade civil, enfatizando que o propósito da avaliação na FSP tem caráter

globalizante, por envolver parcerias (públicas, outras instituições e comunidade), a partir dos seus cursos e de todas as outras atividades acadêmicas e culturais.

Têm-se como intuito, também, a melhoria da qualidade do ensino superior, bem como promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da IES, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e às diversidades, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, bem como sistematizar e prestar informações solicitadas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A autoavaliação institucional é de grande importância, tanto pela capacidade que tem de colaborar na construção de uma percepção própria ampla, quanto pelo seu potencial de transformação qualitativa, uma vez que entendemos a avaliação como sendo indispensável em qualquer atividade humana.

A proposta de envolver avaliadores e avaliados no processo de avaliação institucional advém da necessidade imposta pelos novos padrões da sociedade e as novas relações de produção que estão exigindo da instituição superior formas e mecanismos de avaliação interna e externa do desempenho institucional, em interação com a sociedade civil, assegurando que a avaliação contribua efetivamente para o direcionamento das ações institucionais.

O Plano de Avaliação Institucional da Faculdade SENAI da Paraíba contempla as especificidades institucionais desde as etapas de coleta e sistematização de informações até as de análises e propostas de políticas para suprir os pontos fracos que sejam identificados, buscando a excelência nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. A relevância da avaliação fica estabelecida como qualificadora dos processos de ensino superior e da importância destes para o projeto da nação.

Nessa perspectiva, avaliação é aqui definida como um "processo pelo qual se obtém a informação que permite conhecer, orientar, melhorar e transformar os aspectos avaliados" (Trigueiro, 1998, p. 1). Ou seja, a avaliação proporciona um conhecimento-diagnóstico que aponta fragilidades e possibilidades, permitindo investir na superação das primeiras e na potencialização das segundas. É, pois, um processo contínuo de autoconhecimento /desenvolvimento e/ou reconhecimento/desenvolvimento.

8.2. Objetivos da Avaliação Institucional

É objetivo geral da avaliação institucional garantir à Faculdade SENAI da Paraíba um processo de autoavaliação com transparência, participação, planejamento, implantação e desenvolvimento de ações de avaliação interna no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, considerando a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e respeitando as especificidades regionais, com vistas a fortalecer a comunicação interna e externa e responder criticamente às demandas sociais.

São objetivos específicos da avaliação institucional:

- Conscienizar e sensibilizar a comunidade acadêmica/sociedade para que o processo de avaliação seja uma prática cotidiana na Faculdade;
- Firmar valores que conduzam à permanente e sistemática melhoria de qualidade dos serviços prestados pela FSP, tendo como base os interesses da comunidade interna e da sociedade em geral;
- Definir e validar instrumentos de coletas de dados, para diagnóstico e avaliação interna;
- Coletar, analisar, interpretar e registrar, de forma permanente e sistemática, a opinião da comunidade acadêmica sobre as diversas dimensões institucionais;
- Realizar diagnóstico institucional e avaliação interna da Faculdade SENAI da Paraíba;
- Sintetizar os resultados da avaliação interna;
- Recomendar metas e ações futuras, com vistas à melhoria da IES;
- Identificar as potencialidades e as insuficiências da instituição, propondo melhorias para solucionar os problemas detectados;
- Subsidiar o planejamento estratégico e a gestão da Faculdade SENAI da Paraíba;
- Divulgar os resultados das avaliações;
- Publicar Relatório Anual e encaminhá-lo ao Ministério da Educação.

7.3. Marco Conceitual

As discussões e as análises significativas a respeito da questão da avaliação educacional reconhecem, como característica principal dessa temática, a complexidade de sua natureza. Contudo, a avaliação não apresenta respostas acabadas (Hoffmann, 1998),

mas um diagnóstico acerca de uma problemática que deverá ser analisada dentro de um determinado contexto.

Neste sentido, a FSP compreende a avaliação como um processo contínuo, que deverá apresentar resultados e propostas de ações a partir dos indicadores analisados. Isto significa rever, ampliar, modificar, ajustar e comparar as propostas de ações anteriormente delineadas com a realidade em pauta.

A efetiva realização de uma sistemática de avaliação na FSP busca elementos para a melhoria e aperfeiçoamento do desempenho da instituição, a partir de uma ação democrática, participativa e transparente. Nesta direção, a autoavaliação deve ser entendida como um processo contínuo, geral e, ao mesmo tempo, específico, integrado e permanentemente crítico de seus próprios fundamentos teóricos e de seu enfoque prático. É, pois, uma atividade intrínseca ao processo de planejamento e um poderoso instrumento de gestão, que deve permitir o realinhamento permanente, na direção da sua função social.

8.4 Metodologia

A estratégia escolhida pela IES para desenvolver o Plano de Avaliação Institucional é o de mobilizar e organizar os segmentos acadêmicos e a sociedade para pensar coletivamente a FSP no que ela faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação, para produzir e disseminar conhecimentos sobre a Instituição, definindo compromissos coletivos com a melhoria institucional contínua.

Os instrumentos de autoavaliação institucional integram todos os segmentos da IES: direção, coordenação, discentes e docentes dos diversos níveis de ensino, técnicos-administrativos; infraestrutura física e pedagógica. Os instrumentos são questionários específicos para cada um dos segmentos a serem avaliados, de acordo com as dez dimensões estipuladas pelo SINAES para avaliação da IES, e de acordo com as dimensões previstas nos instrumentos de avaliação do INEP para os cursos de graduação.

O intuito é que cada integrante da IES realize a avaliação da instituição a partir de sua contextualização específica, e que seja igualmente avaliado. A avaliação é norteada por questões formuladas com base em indicadores qualitativos levantados pela FSP em suas várias discussões com a comunidade acadêmica, tais como: nível de compromisso e participação, colaboração, parcerias e comunicação, dentre outros, tendo como referência o cumprimento das metas planejadas coletivamente.

A IES adota o ciclo avaliativo bianual, com início no ano de credenciamento da instituição. Ao longo desses ciclos, a CPA tem autonomia para conduzir o processo de autoavaliação, buscando sensibilizar a comunidade interna para a importância da construção de um processo de autoavaliação participativa, realista e responsável.

A cada ciclo, a CPA define os instrumentos de avaliação mais adequados, elaborando-os e revisando-os, de modo a ser capaz de obter informações que consigam traduzir um panorama institucional, de cursos e de estudantes, o mais próximo possível da realidade.

Os instrumentos qualitativos privilegiam opções de respostas que permitam a gradação em 5 (cinco) níveis de desempenho, equivalentes à escala de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 5 o melhor desempenho e 1 o pior. Dessa forma, para melhor análise dos resultados, é considerado como indicativo de alto desempenho o percentual de respostas equivalentes a 4 e 5, e de baixo desempenho a quantidade de respostas equivalentes a 1 e 2, com as respostas equivalentes a 3 sendo consideradas de desempenho mediano.

A CPA conduz a aplicação dos instrumentos de modo a atingir a maior participação possível da comunidade no processo. Posteriormente, os dados oriundos das avaliações quantitativas são tabulados e graficamente estruturados, para que seja possível elaborar relatório de autoavaliação relativo ao ciclo avaliativo em questão. Uma vez que o relatório do biênio esteja concluído, é missão da CPA, com o apoio da instituição, divulgar amplamente seus resultados, fomentando o reinício do ciclo.

8.5. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros.

Os recursos humanos, materiais e financeiros são pontos relevantes para a realização da autoavaliação. A disponibilidade deles se dá para garantir a realização do processo assim como da análise os resultados sobre os quais a instituição trabalhará para tomar decisões que venham beneficiar a Faculdade.

8.5.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos envolvidos no projeto são selecionados do corpo técnico-administrativo, os quais são disponibilizados à CPA mediante solicitação do presidente da

Comissão. Consultores e avaliadores externos também poderão ser convocados em ações eventuais de curta duração.

8.5.2. Recursos Materiais

Os recursos materiais, tais como salas para reuniões, materiais de apoio e promocionais e outros equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades, são disponibilizados pela instituição. Caso não estejam disponíveis, serão providenciados de acordo com solicitação fundamentada.

8.5.3. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros são os que estiverem previstos no orçamento da Instituição para suprir as necessidades oriundas das atividades a serem desenvolvidas pela CPA. As atividades no âmbito desta comissão são consideradas voluntárias e, como tal, não estão previstas remunerações específicas para seus membros.

Atividades planejadas pela Comissão e devidamente informadas à Direção da IES, pelo Presidente, deverão ter prioridade sobre as ações administrativas ordinárias.

8.6. Resultados Esperados

A proposta estabelecida busca um nível de excelência na prestação de serviços de educação superior à comunidade local e regional. É essencial tornar a autoavaliação institucional uma atividade permanente e balizadora dos atos da instituição na tomada de decisões.

É fundamental, por meio de indicadores institucionais, melhorar o desempenho de seus servidores, tanto nas áreas meio como na área fim, por meio da aplicação de ações que busquem uma melhoria constante. A metodologia proposta permite a racionalização e simplificação dos diversos processos de avaliação interna, possibilitando, desta forma, economicidade, agilização e cumprimento das metas estabelecidas.

Ao final de um ciclo de autoavaliação institucional, espera-se:

- Contribuir para o desenvolvimento integral da IES, identificando suas potencialidades e fragilidades da IES, bem como propor ações de melhoria nos índices que apresentaram déficit de satisfação por parte dos clientes;
- Conhecer o perfil da graduação;
- Conhecer os projetos de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e a consonância com as necessidades e demandas da sociedade;
- Conhecer as competências e habilidades do corpo técnico-administrativo;
- Conhecer as condições estruturais e de recursos humanos da instituição;
- Conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes como suporte na definição uma política de atendimento eficaz;
- Verificar as características dos cursos implantados na instituição, sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao desempenho profissional esperado do egresso e à aceitabilidade social.

8.7. Instrumentos

A elaboração dos instrumentos para avaliação estão baseados nas seguintes dimensões:

- Da gestão;
- Da infraestrutura física, incluindo salas de aula, laboratórios específicos, laboratório de informática e recursos de TIC, biblioteca, conjunto de equipamentos; espaços de convivência;
- Da política de pessoal;
- Das políticas para ensino, pesquisa e extensão;
- Dos cursos de graduação: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura;
- Dos cursos de pós-graduação: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura;
- Das políticas para o discente;
- Do desempenho docente;
- Do desempenho discente;
- Do desempenho dos técnico-administrativos;
- Outras dimensões pertinentes, em função dos resultados dos ciclos anteriores.

8.8. Período para Realização

A autoavaliação institucional será realizada em todo semestre letivo, sendo que no primeiro semestre será realizada a autoavaliação das disciplinas e docentes e no segundo semestre a autoavaliação institucional será completa e aplicada aos demais segmentos da IES.

8.9. Divulgação dos Resultados

São divulgados os seguintes relatórios, anualmente:

- Relatório Final da Autoavaliação, contendo os aspectos gerais da autoavaliação;
- Relatório de cada docente, que recebe o resultado da avaliação do seu desempenho profissional. Esses relatórios são divulgados somente para os coordenadores e a diretoria..
- Relatório de cada técnico-administrativo;
- Relatório do corpo discente.

Nenhuma informação que possibilite a identificação do participante do instrumento avaliativo poderá ser usada.



8.10 cronograma de autoavaliação, por ciclo – Tabela 6

O que	Como	Para que	Quando				Quem
			Ano 1		Ano 2		
			S1	S2	S1	S2	
Nomeação da Comissão Própria de Avaliação	Através de portaria interna	Para legitimar os trabalhos da CPA	X				Diretor Geral
Divulgação da CPA nomeada junto à Comunidade interna	Site, e-mails e visitas	Para validação pela Comunidade Acadêmica	X				CPA
Nivelamento do conhecimento sobre Autoavaliação para os membros da CPA	Reunião	Para compreensão da legislação e normas internas.	X				CPA
Revisão do Projeto de Autoavaliação	Reunião	Para normatizar os procedimentos a serem adotados pela CPA	X				CPA
Apresentação à Direção de propostas de alteração do Projeto de Autoavaliação	Proposta	Para normatizar os procedimentos a serem adotados pela CPA	X				CPA
Análise do Relatório de Autoavaliação do ciclo anterior	Reunião	Para acompanhar o quanto a gestão da IES tem incorporado ações baseadas nas propostas da CPA		X		X	CPA
Revisão dos instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados	Reunião	Para obter dados relevantes ao processo de Autoavaliação.		X		X	CPA
Definição da metodologia a ser adotada para a coleta de dados	Reunião	Para obter dados relevantes ao processo de Autoavaliação.		X		X	CPA
Sensibilização da comunidade interna	Visitação	Para estimular a participação consciente no processo de Autoavaliação.		X		X	CPA
Aplicação de instrumentos avaliativos	Pesquisa	Para obter dados confiáveis relativos à IES.		X		X	CPA
Tabulação de dados	Coleta	Para compor o material necessário à avaliação da IES.		X		X	CPA
Elaboração de gráficos baseados nos dados tabulados	Coleta	Para compor o material necessário à avaliação da IES.		X		X	CPA
Análise de dados	Reuniões internas da CPA	Para analisar os dados quantitativos e qualitativos relativos a essa dimensão.				X	CPA
Elaboração de relatório de Autoavaliação	Reuniões internas da CPA	Para elaborar o material relativo a essa dimensão que irá compor o relatório final				X	CPA
Encaminhamento do relatório ao MEC	Reuniões internas da CPA	Para colaborar com a consolidação de dados do CONAES				X	Coordenador da CPA
Divulgação do Relatório Final	Visitações	Para conhecimento da comunidade				X	Comunidade Acadêmica e Representação da Sociedade

9. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A FSP, comprometida com seu papel social, sua proposta acadêmica e, especialmente, com a permanência de seus alunos, desenvolve ações para assegurar condições adequadas dentro do processo de ensino-aprendizagem. As principais ações de atendimento ao estudante estão descritas a seguir, realizadas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), em parceria direta com a coordenação acadêmica e com as coordenações de cursos.

9.1. Organização Estudantil

Aos alunos da FSP é assegurada a liberdade para organização de um diretório acadêmico, como entidade autônoma, representativa dos interesses dos alunos. Caso solicitado, será cedido um espaço para a instalação do diretório acadêmico.

9.2. Programas de Nivelamento

A Faculdade desenvolve um programa de nivelamento que tem como objetivo a preparação dos alunos iniciantes para as disciplinas de Português Instrumental e Matemática Aplicada.

Os estudantes serão acompanhados, ao longo do curso, por dois processos de avaliação diagnóstica durante o semestre, que darão subsídios para a oferta das disciplinas supracitadas correspondentes, visando à superação das dificuldades apresentadas. O planejamento dessas ações será executado pelo NAD, em conjunto com a coordenação acadêmica, as coordenações de cursos e os respectivos NDE's.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de atividades teóricas e práticas, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

9.3. Apoio Psicopedagógico

O Programa de Apoio Psicopedagógico tem como propósito mediar processos de orientação e acompanhamento de alunos e docentes que se encontram em dificuldades educacionais, emocionais, relacionais, vocativas, motoras, visuais, auditivas e outras. Suas ações compreendem duas dimensões fundamentais:

- A criação de uma cultura de inclusão fundamentada no princípio do respeito à diversidade, fomentando o respeito e o convívio com as diferenças individuais;
- O apoio psicopedagógico vinculado às estratégias e aos recursos voltados para o acompanhamento do percurso acadêmico do aluno e melhoria da qualidade do ensino.

9.3.1. Fundamentos Legais da Política de Assistência Psicopedagógica

A Política de Assistência Psicopedagógica da FSP encontra seu elemento fundamental nos princípios da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, que preceitua:

- a igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes, bem como sua adaptação sócio-educativa e conclusão de curso;
- a garantia de padrões de qualidade do ensino;
- o respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- o pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a IES for sensível e se configurar como um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade.

Pretende-se, desse modo, constituir um conjunto de princípios e diretrizes que nortearão a implantação do Programa de Apoio Psicopedagógico, na perspectiva da inclusão social, do aperfeiçoamento da formação, da produção do conhecimento, da

melhoria do desempenho acadêmico-científico e das condições concretas de vida de estudantes e de seus familiares, de professores e demais profissionais.

Pode-se concluir que, para a FSP, além da exigência legal de que a educação é direito social, entendida desse modo como direito à formação e ao desenvolvimento humano. Os objetivos institucionais desta proposta demonstram o compromisso social, pedagógico e político que amplia a dimensão e o sentido da educação, como processo de humanização, apropriação de saberes culturais, científicos, sociais, tecnológicos, éticos e artísticos.

9.4. Acompanhamento de Egressos

A Faculdade SENAI da Paraíba, reconhecendo a importância de acompanhar a vida profissional de seus egressos, prevê a coleta de dados, por meio de questionários enviados aos alunos egressos e aos seus supervisores nas empresas, um ano após a conclusão dos cursos, em conformidade com a metodologia do Sistema de Acompanhamento de Egressos - SAPES, metodologia já implementada por todas as Unidades do SENAI da Paraíba.

10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Na Tabela 7 é apresentada a Planilha Financeira da IES, para o período de vigência deste PDI (2019-2023)

RECEITAS	2019	2020	2021	2022	2023
1. RECEITAS	R\$ 2.501.990,11	R\$ 3.545.170,46	R\$ 4.927.833,38	R\$ 6.084.022,37	R\$ 6.459.069,88
1.1 TOTAL DE MENSALIDADE ANO	R\$ 2.489.542,40	R\$ 3.527.532,80	R\$ 4.903.316,80	R\$ 6.053.753,60	R\$ 6.426.935,20
1.1.1 Mensalidade de Graduação	R\$ 1.779.782,40	R\$ 2.246.572,80	R\$ 3.163.756,80	R\$ 4.279.593,60	R\$ 5.089.015,20
1.1.2 Mensalidade de Pós-graduação	R\$ 578.160,00	R\$ 1.182.240,00	R\$ 1.596.240,00	R\$ 1.596.240,00	R\$ 1.182.240,00
1.1.3 Mensalidades de Extensão	R\$ 131.600,00	R\$ 98.720,00	R\$ 143.320,00	R\$ 177.920,00	R\$ 155.680,00
1.2 Taxas	R\$ 12.447,71	R\$ 17.637,66	R\$ 24.516,58	R\$ 30.268,77	R\$ 32.134,68

DESPESAS	2019	2020	2021	2022	2023
2. DESPESAS	R\$ 1.920.887,01	R\$ 2.235.316,52	R\$ 2.743.105,28	R\$ 3.850.259,08	R\$ 3.807.157,48
2.1 Salários	R\$ 1.414.932,77	R\$ 1.587.563,24	R\$ 1.941.773,60	R\$ 2.905.883,72	R\$ 2.799.463,96
2.1.1 Salários e encargos	R\$ 1.115.282,77	R\$ 1.587.563,24	R\$ 1.941.773,60	R\$ 2.059.843,72	R\$ 2.295.983,96
2.1.2 Mão de Obra Temporária (Pós-Graduação e Extensão)	R\$ 299.650,00	R\$ 511.080,00	R\$ 793.130,00	R\$ 846.040,00	R\$ 503.480,00
2.2 Despesas Administrativas	R\$ 120.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 165.000,00
2.3 Despesas com Acervo	R\$ 40.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 65.000,00
2.4 Equipamentos	R\$ 62.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 76.000,00	R\$ 80.000,00
2.5 Treinamento	R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 40.000,00
2.6 Bens Móveis	R\$ 15.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
2.7 Inadimplência	R\$ 248.954,24	R\$ 352.753,28	R\$ 490.331,68	R\$ 605.375,36	R\$ 642.693,52

RESUMO	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS	R\$ 2.499.971,11	R\$ 3.545.170,46	R\$ 4.927.833,38	R\$ 6.084.022,37	R\$ 6.459.069,88
DESPESAS	R\$ 1.920.887,01	R\$ 2.235.316,52	R\$ 2.743.105,28	R\$ 3.850.259,08	R\$ 3.807.157,48
RESULTADO	R\$ 579.084,11	R\$ 1.309.853,94	R\$ 2.184.728,10	R\$ 2.233.763,29	R\$ 2.651.912,40

11. CONCLUSÃO

O PDI foi elaborado como documento norteador para o desenvolvimento das ações e metas prevista para o período de 2019 a 2023. O documento deve ser monitorado e atualizado permanentemente, atendendo as novas oportunidades educacionais e demandas do setor industrial, sempre alinhadas a missão e aos valores e princípios da faculdade.

João Pessoa, 26 de janeiro de 2018.

Claudia Maria Figueiredo Lopes Maia
Diretora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Bernadete Wrublewski. **Profissões no Passado e no Futuro**: Espelho de um Mundo em Metamorfose. Florianópolis – UFSC, 1997.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 30 Jul 2013.

_____, Lei nº 11.788/2008. Brasília, 2008 sobre a Lei do Estágio – Lei nº 11.788/2008

DEMO, Pedro. Aprender : o desafio reconstrutivo. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, set./dez., 1998. p. 33

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FORGRAD FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES RJ, 2000.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Nadya Araújo de; CAMPOS, André Gambier. O dia seguinte: as credenciais da sobrevivência ao ajuste nas empresas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 69, p. 179-206, dez.

1999

KOBER, C. M. (2004). **Qualificação profissional**: uma tarefa de Sísifo. Campinas: Autores Associados

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas**. Brasília, Unb, 1998.

12 ANEXOS

12.1. Anexo I: Declaração de disponibilização da infraestrutura do CEP-ORC para a FSP.



Declaração

O SENAI- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DEPARTAMENTO REGIONAL DA PARAÍBA, com sede à Rua Manoel Gonçalves Guimarães, 195, bairro de José Pinheiro, Campina Grande – PB, inscrito no CNPJ sob nº. 03.775.588/0001-43, doravante denominado simplesmente SENAI/PB, neste ato legalmente representado por sua Diretora Regional, Marinalda Adjuto Leite, divorciada, Licenciatura Plena em Pedagogia, inscrita no CPF sob nº. 885.501.334-34, residente e domiciliada na cidade de Campina Grande – PB, nos termos da legislação vigente, declara, a quem possa interessar que o SENAI/PB, na qualidade de mantenedor da Faculdade SENAI da Paraíba, disponibiliza de forma compartilhada toda a infraestrutura existente no Centro de Formação Profissional Odilon Ribeiro Coutinho, localizado na Av. das Indústrias, s/n, João Pessoa –PB, para utilização nas atividades de ensino pesquisa e extensão descritas no PDI da Faculdade, sem prejuízo para a instituição de Educação Superior.

Campina Grande, 20 de fevereiro de 2018


MARINALDA ADJUTO LEITE
Diretora Regional
Marinalda Adjuto Leite
Diretora Regional do SENAI-PB

FIEP Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Edifício Agostinho Veloso da Silveira Av. Manoel Guimarães, 195 - 4º Andar - José Pinheiro Cidade Postal: 661 55 407-362 - Campina Grande - PB Telefone (083) 2101.5311 - Fax: (083) 2101.5394 WEB: www.fiepb.com.br - E-mail: senai@fiepb.org.br	SESI Serviço Social das Indústrias	SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	IEL Instituto Evangelho Luz
---	--	---	---	---